

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 07-4-2021.

---

Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Reginete Bispo. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Claudio Janta, Idenir Cecchim, Karen Santos, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal e Roberto Robaina. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei do Legislativo nº 097/21 (Processo nº 0285/21), de autoria de Leonel Radde. Também, foi apregoado o Ofício nº 331/21, do Prefeito, solicitando a retirada de tramitação da Mensagem Retificativa nº 01 aposta ao Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/20 (Processo nº 0381/20). A seguir, por solicitação de Márcio Bins Ely, Lourdes Sprenger, Psicóloga Tanise Sabino, Aldacir Oliboni, Claudio Janta e Moisés Barboza, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Luís Augusto Coelho Braga, a Marília Costa Cardoso, a Regina Andrade, a Marco Antônio Calçados, a Otávio Frota Júnior e a Regina Peixoto. Em continuidade, foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 027, 052, 057 e 066/21, este discutido por Psicóloga Tanise Sabino e Daiana Santos. Também, Jonas Reis pronunciou-se em Pauta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Pedro Ruas, Aldacir Oliboni, Claudio Janta, Roberto Robaina, Bruna Rodrigues, Cláudia Araújo, Alexandre Bobadra, Mauro Pinheiro, Idenir Cecchim, Mari Pimentel, Comandante Nádia e Moisés Barboza. Às quinze horas e cinquenta e nove minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi rejeitado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 016/20 (Processo nº 0350/20), por trinta e quatro votos NÃO, considerando-se mantido o veto total oposto, após ser discutido por Pedro Ruas, Leonel Radde, Idenir Cecchim, Jonas Reis, Felipe Camozzato, Mauro Pinheiro, Comandante Nádia, Cassiá Carpes, Roberto Robaina, Moisés Barboza, Airto Ferronato e Ramiro Rosário e encaminhado à votação por Pedro Ruas, Roberto Robaina, Mauro Pinheiro, Idenir Cecchim, Alexandre Bobadra, Ramiro Rosário e Jonas Reis, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel

Radde, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi rejeitado o Projeto de Lei do Legislativo nº 088/20 (Processo nº 0230/20), por quinze votos SIM e dezenove votos NÃO, considerando-se mantido o veto total oposto, após ser discutido por Airto Ferronato, Pedro Ruas, Felipe Camozzato, Leonel Radde, Mônica Leal, Karen Santos, José Freitas, Pedro Ruas, este em tempo cedido por Roberto Robaina, Jonas Reis, Cassiá Carpes e Jessé Sangalli e encaminhado à votação por Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Idenir Cecchim e Roberto Robaina, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Reginete Bispo e Roberto Robaina e Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Kaká D'Ávila, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo e Ramiro Rosário. Após, foram apregoadas as Emendas nºs 01, assinada por Moisés Barboza, e 02, assinada por Cláudia Araújo, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 184/17 (Processo nº 1581/17). Também, foi aprovado requerimento de autoria de Moisés Barboza, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 184/17. Às dezoito horas e trinta minutos, constatada a inexistência de quórum, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Boa tarde a todos.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e oito Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Há quórum.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Apregoo requerimentos solicitando um minuto de silêncio *in memoriam* de: Sr. Desembargador Luís Augusto Coelho Braga, de autoria desta presidência; Sra. Marília Costa Cardoso, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger; Sra. Regina Andrade, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Psicóloga Tanise Sabino; Sr. Marco Antônio Calçados, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni; Sr. Otávio

Frota Júnior, ex-rei Momo de Porto Alegre, de autoria do Ver. Claudio Janta; Sra. Regina Peixoto, de autoria do Ver. Moisés Barboza.

Defiro os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade do Ver. Pedro Ruas.

Passamos à

## **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0099/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 027/21**, de autoria da Ver. Márcio Bins Ely, que reconhece o exercício físico e a atividade física ministrados por profissional de educação física como essenciais para a população no Município de Porto Alegre. **(SEI 037.00087/2021-21)**

**PROC. Nº 0168/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 052/21**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Fernanda Barth, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Claudio Nudelman Goldsztein. **(SEI 212.00011/2021-82)**

**PROC. Nº 0190/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 057/21**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Fernanda Barth, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Luiz Leonardo Abelin Fração. **(SEI 212.00010/2021-38)**

**PROC. Nº 0219/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 066/21**, de autoria do Ver. Claudio Janta e da Ver<sup>a</sup> Psicóloga Tanise Sabino, que assegura suporte psicológico e psiquiátrico aos profissionais da saúde que atuem na linha de frente do combate à Covid-19 e aos profissionais da área de educação no Município de Porto Alegre. **(SEI 024.00017/2021-86)**

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Caro Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; vereadoras, vereadores, público que nos assiste. Nós vivemos num País, no qual,

segundo ontem, anunciada por diversos cientistas, a possibilidade de que, em abril, tenhamos algo inédito na história, que é o número de mortos ser superior ao número de nascidos vivos. Isso é uma tragédia decorrente da pandemia, cuja abrangência decorre do péssimo trabalho que foi feito em nível de governo federal, primeiro com a negativa da existência da pandemia; segundo com a desvalorização da importância do vírus. Era algo que causaria, segundo o Presidente Bolsonaro, uma gripezinha, e alguém com passado de atleta como ele não sofreria nada. Enfim, toda uma negação de uma realidade brutal que viveu o mundo e que passou a viver com mais intensidade o Brasil exatamente por negar, esconder de si próprio a verdade; esconder como líder de um povo de uma nação o que realmente está ocorrendo é um crime brutal, e esse crime foi cometido. Mais tarde, com o oferecimento de vacinas, o governo federal também tergiversou, não acertou, não respondeu à Pfizer, e nós tivemos a perda da oportunidade única de sermos até pioneiros no mundo, em 2020, na compra e utilização da vacina em larga escala.

O dia de hoje é um dia muito importante no Brasil: no Senado Federal, está sendo votado um projeto – vota-se agora, a partir das 14h – de autoria do senador Paulo Paim, que faz uma quebra temporária das patentes das vacinas. Se esse projeto for aprovado, nós poderemos ter a confecção, a industrialização de vacinas aqui com tecnologia estrangeira, com a quebra temporária de patentes, ou seja, a um custo mínimo. Para terem uma ideia, os Estados Unidos paga \$1,5 por vacina porque compraram antes; o Canadá paga \$2; o Brasil, que não está recebendo, está pagando \$5 por vacina; com a quebra de patentes, nós passaremos a pagar \$0,50 cada vacina. Então, é importante que o Senado aprove hoje, aprovando isso, muda a posição do Brasil na Organização Mundial do Comércio – OMC –, no qual o Brasil sempre se postou ao lado, ainda no período infeliz do chanceler Ernesto Araújo, das grandes potências e contra a quebra de patentes. O Brasil ficou contra 110 países que votaram pela quebra de patentes, seis votaram contra – entre eles, China, Estados Unidos e o Brasil. Uma vergonha, uma vergonha histórica para nós. Então, eu estou torcendo muito para que no dia de hoje, no Senado Federal, haja a aprovação dessa quebra temporária de patentes, como ocorreu no passado, com relação ao coquetel para o combate ao HIV-Aids, e o Brasil passou a ser inclusive uma referência mundial no combate à Aids, pelo coquetel entregue pelo SUS, e obviamente gostaríamos que isso ocorresse em relação às vacinas. Então toda força hoje ao projeto do Paulo Paim, no Senado Federal, porque pode representar uma mudança extraordinária no nosso País. Como nós aqui em Porto Alegre temos uma inação completa do ponto de vista do Executivo em relação ao tema, dependemos em tudo do governo federal, para nós fará grande diferença também. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo o nosso Presidente, vereadoras e vereadores, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Hoje é o Dia Mundial da Saúde mais triste, podemos dizer, da história do Brasil. Com o país como epicentro da epidemia mundial da Covid, o que eu mais queria, e com certeza muitos brasileiros, é que esse fosse o dia da celebração, o dia em que cada brasileiro, cada brasileira pudesse comemorar a conquista do direito à saúde e, portanto, à vida. Não há o que se comemorar, quando uma pandemia sem controle já matou quase três milhões de pessoas ao redor do mundo, mais de 330 mil delas só aqui no Brasil e continua matando, e continua todos os dias apresentando recordes e recordes de pessoas mortas. Infelizmente o nosso País é considerado hoje uma ameaça global pela circulação descontrolada do vírus e pelo surgimento de novas mutações. É preciso que se diga que essa ameaça ao planeta tem nome e sobrenome: Jair Bolsonaro. Um Presidente da República que nega sistematicamente – com certeza é diário isso – a ciência e que faz pouco caso do sofrimento do povo que jurou defender.

Hoje no Brasil, os profissionais da saúde têm de lutar, ao mesmo tempo, contra um vírus mortal e contra o descaso do governo que deixa faltar desde o equipamento de proteção individual como máscaras até medicamentos para intubação e oxigênio. Ao mesmo tempo em que os principais instrumentos de combate ao vírus – a vacinação em massa, o distanciamento social, o uso de mascaras – são criminosamente boicotados pelo governo, por isso hoje também é dia de luto, dia de compartilhar a dor de milhões de brasileiros que perderam mães, pais, filhos, filhas, amigos, companheiras, companheiros e amores das suas vidas. Dia de voltarmos nossos corações e nossas orações para todas as pessoas que neste exato momento lutam pela vida, lá no posto de saúde, em casa torcendo para não ter de ir ao hospital porque, muitas vezes, não tem vaga na UTI; os corredores dos hospitais superlotados porque não foram vacinados a tempo, essa é a verdade.

Hoje, mais do que nunca, é dia de renovarmos a luta em defesa do SUS – Sistema Único de Saúde –, vítima daqueles ataques criminosos por parte deste governo que, em plena pandemia, queria retirar, nada mais nada menos, do que R\$ 35 bilhões do orçamento de 2021.

Hoje é dia de lembrarmos que o Brasil é o único país com mais de 100 milhões de habitantes que possui um sistema público de saúde gratuito, universal e que é fruto da luta do povo, das mobilizações intensas e do movimento sanitário brasileiro, que é construído diariamente por seus milhões de trabalhadores. O SUS sem seus profissionais de saúde, como sem os demais profissionais que dão suporte à vida – equipes de limpeza, de segurança, da Estratégia Saúde da Família, da Atenção Básica, da SAMU, do transporte, das UPAs, dos prontos atendimentos, da Fiocruz, do Instituto Butantã –, nossas tragédias humanitárias teriam proporções ainda mais avassaladoras, se não tivéssemos essa sustentação e esses institutos.

Portanto, Sr. Presidente, hoje, Dia Mundial da Saúde, é um dia de luta contra o genocídio, contra o negacionismo de um governo que trata a maior crise sanitária da nossa história como uma gripezinha, e que diz: “E daí?” para os nossos mortos e familiares. O mesmo governo que ainda lá em 2020, no início da pandemia,

deixou de contratar até 700 milhões de doses de vacinas que o foram oferecidas e não comprou; uma irresponsabilidade criminosa que já custou, e seguirá custando, vidas e mais vidas.

Para concluir, quero dizer da enorme tranquilidade de termos posição neste momento de que os governos têm de ter, no mínimo, uma preocupação saudável, capaz de atender as necessidades do seu povo, não se eximindo de ter um plano estratégico de combate à Covid. Infelizmente os governos municipais, estaduais e nacional estão devendo ainda para o povo do seu município, como é Porto Alegre, como é o Rio Grande do Sul e o Brasil, essa questão de combate pontual à Covid. Para a defesa da vacina e contra essa manifestação vexatória do Presidente de se expor todos os dias sem máscara, sem ter as preocupações necessárias, meu sinal de protesto. Então, em defesa da vida, é neste dia que nós nos pronunciamos no Dia Mundial da Saúde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB):** Uma boa tarde ao nosso Presidente e aos nossos colegas vereadores. Nesta tarde quero abordar o projeto que está na Pauta, de minha autoria e de autoria do Ver. Claudio Janta, no qual nós estamos propondo a questão do suporte psicológico e psiquiátrico aos profissionais da área da saúde que atuam na linha de frente de combate à Covid, e aos profissionais da área da educação de Porto Alegre. Esse suporte psicológico que nós estamos falando – no caso, a psicoterapia – pode ser realizada de forma presencial, de forma individual ou em grupo; também pode ser realizada de forma virtual, tanto individual como em grupo, ou também por teleconsulta. Ainda hoje tem muito preconceito em relação à psicologia, em relação à saúde mental, em relação a terapias ou psicoterapias, pois algumas pessoas ainda acreditam que quem precisa de terapia ou é louco ou é fraco. Isso não é verdade. A psicoterapia pode beneficiar muita gente em muitas situações. Hoje nós temos percebido as pessoas um pouco mais ansiosas, com medo, com preocupações, mais isoladas, com a incerteza de um futuro, uma sobrecarga de trabalho também e todos esses sintomas podem culminar inclusive numa depressão, numa ansiedade, num estresse pós-traumático. Inclusive também a síndrome de burnout, que nós temos visto muito também insônia, uso de álcool e drogas e outras situações mais sérias que podem levar ao suicídio.

Hoje, especialmente, nesta pandemia que nós estamos vivendo, a gente percebe os nossos guerreiros da linha de frente, os profissionais da área da saúde como os médicos, os enfermeiros, os técnicos de enfermagem e também os professores que estão em linha de frente, que estão dando aula, enfim, que precisam desse suporte. Muitas dessas pessoas não tinham esses problemas psiquiátricos e passaram a desenvolver devido a este momento que estamos vivendo em relação à Covid. Tenho

contato inclusive com colegas, com pessoas, servidores públicos e também privados que trabalham em locais de atendimento à saúde, enfermeiros, enfim, que sentem muita ansiedade, muita crise, inclusive a ponto de não querer ir trabalhar, tamanho o medo e a ansiedade. Um tratamento psicológico, através de uma terapia, pode ajudar as pessoas em vários aspectos, como lidar melhor com os seus sentimentos, com os seus pensamentos, pensar em técnicas e estratégias para enfrentar essa crise, pensar mais sobre a questão da superação, da resiliência. E se tiver, claro, alguns sintomas psiquiátricos, como ansiedade, insônia, também pode ser tratado. Eu queria também usar este tempo para falar de um outro projeto de minha autoria, que pode estar relacionado com este, que é um projeto que fala sobre um programa de voluntariado em saúde multidisciplinar. É um projeto que eu protocolei e que pode ter relação com este porque a gente sabe da questão orçamentária, a questão financeira da Prefeitura, mas pensar também num programa de voluntariado com profissionais da área da saúde, que pode ser feito através de convênios com clínicas, com institutos de psicoterapia, também poderia ser um caminho para essa solução. Enfim, para finalizar a minha fala, quero salientar mais uma vez a importância deste projeto, obrigada ao Ver. Claudio Janta, eu já vinha pensando sobre isso, a gente conversou – o vereador e eu – e fizemos juntos então este projeto. E quero pedir apoio aos colegas vereadores. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Boa tarde, Presidente Márcio; boa tarde vereadoras e vereadores presentes nesta sessão; saúdo o público que prestigia esta sessão. Temos pautas importantes para discutir hoje e que podem ajudar o povo de Porto Alegre, como também podem prejudicar. Então, a gente precisa refletir muito bem sobre o que a Câmara de Vereadores prioriza. Há alguns projetos que estão colocados hoje aqui que infelizmente a gente nem deveria estar debatendo, e eu reiteradamente tenho colocado isso. Deveríamos debater temas relacionados diretamente à Covid, que pudessem auxiliar a cidadania a vencer esse monstro chamado coronavírus. Bem, os temas estão colocados e a gente vai ter que debater hoje. Eu queria, primeiramente, dizer que não basta só a gente prestar auxílio. Nós deveríamos estar instalando nesta cidade um abono para os trabalhadores da linha de frente, que estão enfrentando esse vírus – servidores públicos tão dedicados, e muitos já morreram. No DMAE já chega perto de dez o número de mortes pela Covid, estou dando um exemplo. Nem vou chegar na saúde, porque vocês sabem que na saúde é muito mais do que isso. E isso é triste. Por isso eu queria convocar a cidadania também à sensibilidade, não basta nós, vereadores, num esforço de construção de saídas, enquanto o povo vai, de grandes levas, digamos assim, curtir feriadões. Fico muito preocupado, muito preocupado com as aglomerações. A gente vai construindo aqui pautas importantes da Câmara, como a de hoje, mas a gente vai ficando preocupado também, porque é

verdade que devemos cobrar dos governantes, e cobramos, cobramos do prefeito Melo que foi autorizada há mais de um mês para compra vacina, até agora não vimos contrato de compra de vacina pelo consórcio, não veio a público, e fala de flexibilização, fico preocupado com isso. Mas também me preocupo com a população, porque, senão, depois a gente vai ter que estar fazendo realmente auxílio psicológico a todos os trabalhadores da cidade, porque a coisa vai ficar numa dimensão que não tem mais como solucionar com paliativos. Por isso, além dessas medidas que são adequadas, é preciso, fundamentalmente, vacinar a todos, e nós estamos estacionados na idade de 65. Estamos há mais de uma semana, isso tem que sair, isso tem que avançar e gente tem que cobrar. O Bolsonaro é um dos maiores inimigos do brasileiro, porque não compra vacina o suficiente, porque fez fanfarronice, brincou de ser Presidente, e continua brincando, e aí sobra para nós, para os vereadores terem que encontrar, puxar daqui, puxar dali para auxiliar o povo de Porto Alegre.

Eu queria dizer também, vamos discutir aqui muita coisa na tarde de hoje, mas particularmente tem a questão da Ponta do Arado, a questão de Belém Novo, recebi mensagens de muitos moradores preocupadíssimos, e aí vi também que o prefeito realizou um veto a um projeto de lei do vereador, que considero adequado porque, de fato, quem tem responsabilidade de mudar a legislação no tocante a esse assunto é o Executivo, então é de iniciativa do Executivo. Agora, preocupa-me quando os debates não envolvem a cidadania, e quaisquer um de nós, vereadores e vereadoras, por mais bem-intencionados que possamos parecer, se a gente não estabelece para a cidadania o grande debate, a democracia participativa, tudo fica frágil, embora nós, aqui, representemos, sim, um conjunto de eleitores, mas não representamos essa totalidade. Portanto, é sempre bom o plebiscito, é sempre bom o debate com a sociedade, é sempre bom escutar a construção. Então, essa dúvida que a gente tem, muitas vezes, dos PLs que estão sendo debatidos, pode ser sanada. Por exemplo, essa desse PL a que eu me referi, e ao outro PL da questão da ajuda psicológica. Encerro aqui a minha fala, agradecendo a todas e todos que estão nos assistindo, e vamos continuar a tarde debatendo. Obrigado, Presidente Márcio.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB):** Boa tarde a todos os colegas, a quem está nos assistindo. Quero saudar a Ver.<sup>a</sup> Tanise e também o Ver. Claudio Janta pelo projeto e falar que é extremamente necessário e importante um projeto dessa magnitude, nessa estrutura, pensado na saúde mental, que é algo que, nesses tempos que vivemos, se faz necessário de ser colocado no debate. Vejo a importância e a relevância deste projeto, vereadores, pois a saúde mental precisa ser debatida e levada de forma muito séria e coerente, considerando que essa pandemia vem se prolongando, e de uma forma muito violenta para alguns.

Hoje é o dia mundial da saúde, acho que é importante a gente ressaltar, o Ver. Aldacir Oliboni, que me antecedeu, já falou sobre isso, mas é um dia de luta e de luto também, por todas essas vidas que vêm sendo perdidas, por toda essa irresponsabilidade também na condução e como essas ações de enfrentamento à Covid vêm sendo levadas. Falo isso como uma sanitarista, formada aqui pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e que fala, com certa propriedade e conhecimento do Sistema Único de Saúde, que, neste momento, vem sofrendo com uma série de outras articulações que não o valorizam. E também, considerando que já chegamos ao número absurdo, ontem, de quatro mil mortes/dia, só aqui no Rio Grande do Sul foram cerca de 400 vidas ceifadas, e Porto Alegre é o epicentro de toda essa relação desse caos, de toda essa desestrutura. E a gente vê que o prefeito já está se alinhando com o governador, fazendo suas tratativas para que tudo seja reaberto, precisamos ter responsabilidade. Eu chamo hoje, neste Dia Mundial da Saúde, para a gente essa responsabilidade, para que a gente olhe para isso tudo com muita seriedade porque são vidas. Não são números, são vidas! Em contrapartida também temos aí a fome que brota no País, são quase 19 milhões de pessoas passando fome. E isso é falar de saúde. Falar de saúde não é somente o auxílio na doença, e neste momento da Covid a gente precisa fazer isso como parte importante dessa pauta. A gente está vendo quem mais sofre com isso, a gente sabe quem são as pessoas afetadas diretamente por essa desestrutura da saúde física, saúde mental, da saúde psicológica, bem como trata o projeto da Ver.<sup>a</sup> Tanise e do Ver. Janta. É necessário que nós olhemos para isso com essa responsabilidade, não dá mais para a gente contabilizar esses números, falar de indicadores como se fossem apenas números. São nomes, são pessoas muito próximas. Todos os dias, quando iniciamos a sessão, trazemos aqui nomes de pessoas muito próximas a nós todos, nesse obituário que, de fato, é triste olhar, mas é necessário ser responsável da forma como vamos conduzir. Eu acho que é necessário que a gente traga essa relação porque tem uma contradição gigantesca da forma como estão sendo conduzidas as ações de enfrentamento e também de como o Sistema Único sobrecarregado sofre pela forma muito, mas muito negligente de uma gestão que não olha como deveria, que não olha para a gente, enquanto população, não olha para este povo que está sofrendo. É a comida na mesa, é a ausência de ações efetivas de enfrentamento, é o olhar que chega a ser ao ponto de deboche e provocação diante dessa crise que é mundial, diante de um Estado que vem sofrendo tanto com isso. Fico muito sensível a esse tema, primeiro, por ser uma trabalhadora da saúde, anterior a qualquer outra coisa, e segundo por olhar o nosso povo sofrendo tanto por essa falta de responsabilidade, pela negligência. Eu finalizo exaltando o Sistema Único de Saúde, mas principalmente os trabalhadores, neste Dia Mundial da Saúde. Quero fazer meu agradecimento especial a cada um e cada uma que está na linha de frente e que, de uma forma muito contundente, se faz necessário neste processo de cuidados. Fica aqui meu agradecimento especial a tantos aqueles parceiros e parceiras que têm doado da sua própria vida diante de todo esse caos para que outras vidas sejam salvas. Meu abraço carinhoso a cada um que perdeu seus entes queridos nesta pandemia, pois a gente está vendo que se continuar desta forma, se continuarem essas as ações, essa pandemia vai levar muita gente. Eu quero, enquanto

sanitarista, falar que esses dados, esses indicadores que todos os dias nos deixam tão perplexos, não podem mais continuar a serem naturalizados. Tenho trabalhado muito na desconstrução dessa naturalização, que parece que por vezes inclusive toma conta desta Casa, porque falamos a respeito, mas ações efetivas não estamos tendo. Essa é uma responsabilidade nossa, enquanto Legislativo, essa é uma responsabilidade de quem está à frente deste processo, e o Executivo, mais uma vez ressalvo aqui, aproveitando meu espaço de fala, precisa se responsabilizar pela fome que está matando tanto quanto a Covid no nosso País, na nossa cidade. Finalizo por aqui e mais uma vez digo: salvem vidas fazendo aquilo que é importante, aquilo que de fato vai impactar, e a gente precisa, Presidente, ter esse olhar aqui neste espaço porque nós representamos o povo.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde a todos os membros desta Câmara de Vereadores. Uma saudação a todas as famílias que tiveram seus entes queridos perdidos, para quem foi realizado um minuto de silêncio, a todos que tombaram nesta luta que estamos com a Covid.

Quero falar de dois temas no espaço de liderança do meu partido. Primeiro, a notícia boa que vimos nesta semana de que o Estado estará implementando Centros de Referência do Autista com centros regionais, destinando recursos, capacitando as pessoas para trabalhar nos Centros de Referência do Autista, uma lei que aprovamos nesta Câmara de Vereadores, assim como também aprovamos o plebiscito, destinamos emenda impositiva para a criação do centro em Porto Alegre, já tivemos algumas reuniões com o governo para ver um espaço público para criar o Centro de Referência do Autista em Porto Alegre e há a necessidade de que este centro seja no Centro da cidade. Nesta Semana do Autismo, que iniciou no dia 02, quero também aqui saudar a Mesa Diretora da Câmara e todos os pares pelo *outdoor* que colocamos na frente da Câmara fazendo referência ao autismo, e dizer que se está difícil para todos nós, imagina para uma mãe ou pai que tem um filho autista, e essa criança teve que mudar toda a sua rotina, todo o esquema que a família tinha de terapias e tratamentos para essa criança. Quero saudar a iniciativa do governo do Estado que vai, com certeza, ajudar milhares de mães no Estado gaúcho.

Outra questão é o projeto que apresentamos, eu e a Ver.<sup>a</sup> Tanise Sabino, na questão de dar auxílio psicológico às pessoas que atuam na área da saúde, às pessoas que atuam na área da educação. O ideal seria estender para todos, para o pessoal da segurança pública, o pessoal do comércio e serviços, motoristas de ônibus, porque esse vírus tem ceifado muitas vidas, mas tem causado muitos transtornos emocionais. Eu, como terapeuta holístico e espiritual, posso dizer isso, o transtorno que tem causado às pessoas que por algum momento não sentem o paladar ou não sentem o cheiro de alguma coisa, as pessoas entram em pânico, isso sem falar um espirro, sem falar uma

tosse, isso tem prejudicado muito. Agora, vocês imaginem as pessoas que saem de casa para enfrentar esse vírus de frente, saem de casa para estar no *front* desse vírus que assusta todos nós. Quem pode trabalhar *online*, trabalhar à distância, remotamente, seja lá o nome que se dê, ainda consegue ter uma certa segurança, agora, as pessoas que têm que estar nos postos de saúde, nos hospitais, nas emergências, as pessoas que, voltando às aulas, vão estar atendendo as crianças, os profissionais da segurança pública, da limpeza, o pessoal que trabalha em farmácia, em supermercado. É um clima que atinge o psicológico de todas essas pessoas, leva medo e insegurança para todas as pessoas. A gente recebe relatos do pessoal do comércio que perdeu mãe, perdeu irmão, sem falar que as pessoas acham que foram elas que levaram esse vírus para dentro da sua casa. Pedimos encarecidamente o voto de todos os membros desta Casa para esse projeto, meu e da Ver.<sup>a</sup> Tanise Sabino, que leva essa ajuda psicológica.

Encerrando aqui, Presidente, quero saudar novamente esta atitude do governo do Estado, a atitude do nosso prefeito que vem procurando espaços para criar o Centro de Referência do Autista em Porto Alegre, e o governador anuncia a criação do Centro de Referência do Autista no nosso Estado. Uma boa tarde a todos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Muito obrigado, Presidente Márcio; vereadores e vereadoras, público que prestigia esta sessão. Eu falo em nome da bancada do PSOL, portanto em nome dos vereadores Karen Santos, Matheus Gomes e do Pedro Ruas. Em nome da bancada, em primeiro lugar, quero manifestar o nosso apoio, a nossa solidariedade a todos os profissionais da saúde neste Dia Mundial da Saúde, ao SUS, à ciência e a todos os que estão envolvidos no combate ao coronavírus. Nesta minha intervenção, Presidente Márcio, eu gostaria de abordar dois temas. O primeiro é um convite a todos os vereadores e vereadoras a comparecerem, a prestigiarem a reinauguração da Frente Parlamentar em Defesa do HPS, frente da qual sou proponente, e amanhã faremos a reinauguração, porque já tive a oportunidade de fazer uma frente parlamentar em defesa do HPS quando na gestão do Executivo passado houve um projeto muito prejudicial ao HPS levado adiante pelo governo do Marchezan numa tentativa de terceirizar a gestão do HPS. Esse projeto era um projeto de desmonte do hospital, nós sabemos que este hospital tem 75 anos e ele vem, ao longo de muito tempo, sendo bastante maltratado pela gestão pública, e não é de um governo só, infelizmente, mas no governo passado nós tivemos esse salto de qualidade que era a tentativa de terceirizar a gestão. Nós organizamos a frente, e felizmente nosso objetivo foi alcançado, esse projeto foi derrotado, e agora igual nós consideramos importante restabelecer a defesa do HPS por razões óbvias. O HPS é fundamental para a cidade de Porto Alegre, agora inclusive ele segue, infelizmente,

sendo muito sucateado, ainda as terceirizações ocorrem. Nós tivemos agora, por ocasião da Covid, a abertura de leitos Covid, o HPS não se recusou a fazer isso, embora não fosse sua função, mas o HPS está defasado em contratação de profissionais, houve a terceirização desse tratamento pelo Vila Nova, um tratamento muito mais precário, com qualidade baixa, diferente da qualidade que tem o HPS e os profissionais do HPS, o que é muito perigoso. A defesa do HPS é necessária, verbas públicas, investimento público, e é esse objetivo da frente que nós vamos restabelecer amanhã.

O segundo tema envolve o que nosso líder, o Ver. Pedro Ruas, abordou em sua intervenção inicial. É muito importante o que o Ver. Pedro Ruas tratou: nós temos no país uma tragédia completa, o Ruas apontou muito bem, o Oliboni também. Esse pleito que fez a Índia, que fez a África do Sul pela quebra de patentes no que diz respeito à vacina é apoiado pela Organização Mundial de Comércio, é apoiado pelo Médicos Sem Fronteiras, foi apoiado por mais de 80 países, mas, é inacreditável, não foi apoiado pelo Brasil que atua de modo subserviente aos interesses dos Estados Unidos e da União Europeia. Quer dizer, o governo brasileiro, ao invés de defender os interesses dos brasileiros e das brasileiras, defende os interesses das grandes potências. Essa era a gestão Ernesto Araújo. Evidentemente que o ministro esse foi demitido, mas o Presidente que o nomeou segue. Então a defesa da quebra de patentes é, sim, fundamental e necessária para o combate a coronavírus não neste ano simplesmente, mas no ano que vem. Nós temos, felizmente, no Brasil, competência e, graças às instituições públicas, estamos conseguindo fazer o mínimo. Butantan, Fiocruz, são instituições que por sinal também estão sendo sucateadas e tem muitos políticos que ficam falando contra os servidores públicos, mas são esses servidores públicos e essas instituições públicas que têm nos garantido o mínimo necessário para o combate à Covid. E nós necessitamos apoiá-los, nós necessitamos apoiar essas instituições e, ao mesmo tempo, apoiar medidas democráticas mínimas como as defendidas pelo OMC, pelo Médicos Sem Fronteiras, pela África do Sul, pela Índia. Por sinal, um incidente diplomático que nós tivemos com a Índia teve relação com isso, em não apoiar o pleito da Índia contra quebra da patente, coisa que o Brasil fez no passado, como muito bem lembrou o Ver. Pedro Ruas, no Governo Fernando Henrique Cardoso em relação à Aids. Esse assunto é um assunto de extrema relevância, que eu gostaria de chamar a atenção, porque, logicamente, ele é central. E nós gostaríamos, para concluir, que os vereadores fizessem pressão também, afinal de contas, pelo menos, os vereadores que não se alinham com o Presidente da República, que se demonstrou um genocida, mas nós sabemos que este Presidente da República, embora seja um genocida, ele pode tudo. Se ele pudesse tudo o ex-Ministro Ernesto Araújo, seguiria sendo ministro, porque ele é o grande ideólogo do bolsonarista, apesar de ser incapaz em termos intelectuais, ele era o intelectual principal do bolsonarismo, de tal forma que a sua demissão foi uma derrota deste governo, e derrotas deste governo podem, sim, serem impostas. Por isso que nós chamamos a atenção para esta votação do Senado Federal no dia de hoje e a necessidade de quebrar temporariamente a patente das vacinas. Muito obrigado, Presidente Márcio.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver<sup>a</sup>. Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação do Líder.

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** Boa tarde aos colegas; boa tarde, Presidente; boa tarde, pessoas que nos assistem. Venho utilizar a tribuna hoje para fazer uma reflexão, mas também uma denúncia, para que as pessoas que nos acompanham entendam um pouco do procedimento e da forma que as coisas acontecem aqui nesta Casa. Quero falar do Veto Parcial do prefeito ao PLE nº 018/20 da última sessão, que trata da participação das entidades na concepção das carteirinhas. Quero falar desse Veto Parcial, porque ele para mim simboliza a ausência de um plano democrático desta Casa; a ausência participação, a negação da população popular. O Veto Parcial, Presidente, foi construído com muito diálogo, quando nós, as entidades estudantis, sentamos junto com o prefeito e falamos que esse projeto representava a negação da participação das entidades e dos estudantes na confecção do mesmo. Esta Casa, na última sessão, se demonstrou incapaz de dialogar com a oposição e com quem pensa de forma contrária. Assim como o prefeito diz que é o prefeito do diálogo e que não conseguiu orientar o diálogo nesta Casa, que não conseguiu construir o diálogo nesta Casa, ainda ontem, conversei com o prefeito e ele falava do ambiente radical que se instalava nesta Casa, que não permitia que o diálogo se instalasse, que não permitia que nenhuma construção democrática pudesse sair deste plenário. Inclusive, o Secretário Cassio Trogildo, que também trabalhou bastante no Veto Parcial da sessão anterior, nos disse que este ambiente é um ambiente danoso à cidade, um ambiente ruim à cidade, um ambiente que negou o projeto da vacinação, onde nós, da oposição, nos comprometemos com a cidade, em conjunto com o projeto que veio do Executivo, que negou aquela construção e que nega a participação de quem foi eleito para fiscalizar o Poder Executivo. Quero registrar aqui a minha indignação, eu quero que as pessoas saibam que este ambiente é um ambiente de privilégios de alguns, de manutenção de privilégios, porque dialoga com uma parcela da cidade e que nega a existência de outra. Quando a gente não fala de um plano de enfrentamento à Covid, que a gente fala só de liberação do comércio de forma indiscriminada, a gente está negando o direito de as pessoas terem vida. Nós não temos um plano municipal de vacinação, nós não temos um plano que combata a fome, nós não temos um plano que pensa a cidade a sair dessa pandemia. Eu quero que as pessoas saibam que estamos aqui tentando, trabalhando o máximo possível e que, infelizmente, a correlação de forças aqui é antidemocrática. Ela nega o nosso direito de trazer a voz da parcela mais excluída da cidade; daquela que vem convivendo com a fome, daquela bate na porta do hospital e que não tem leito, dessa que tem que dar a vida em nome da economia e que não tem sequer uma alternativa, uma perspectiva de quando nós vamos sair deste caos. É isso que eu venho aqui denunciar, Presidente. É isso que nós vamos levar até o prefeito, enquanto bancada do PCdoB, e é isso que nós vamos reivindicar aqui a cada sessão, porque o Estado, o Município, não pode estar à disposição de uma parcela da sociedade, tem que estar à disposição de toda a sociedade. Não é mimimi e não são discursinhos que reduzem a nossa chegada aqui, Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, que nos citou, eu a Ver.<sup>a</sup> Daiana, por mais de

uma vez. Eu não tenho nenhuma intenção, Presidente, de representar a parcela que ela representa, eu sei muito bem quem eu venho representar nesta Casa e sei muito bem o lado ao qual eu pertença. Essa radicalidade não é danosa a mim, ela é danosa à cidade, impede que nós consigamos construir saídas coletivas, impede que nós consigamos combater a mortalidade, a fome e as nossas crianças que ocupam as sinaleiras. Porque, sem um calendário de vacinas, sem que a gente possa trabalhar para que todos e todas, a única saída é a vacina. A gente pode fazer uma série de discursos aqui, a gente pode falar de uma série de coisas aqui, mas se nós não trabalharmos intensamente para que todos e todas tenham vacina, para que as pessoas tenham acesso ao auxílio emergencial, para que as pessoas consigam ter acesso à saúde, nós vamos estar fazendo discursos de um comércio que abre e fecha, que abre e fecha. Os maiores modelos de saída dessa crise pensaram num *lockdown* planejado e essa não é uma possibilidade para Porto Alegre, porque nós temos compromisso com uma parcela da população, essa parcela que nega o direito de outra, de ter vida, inclusive. É isso que eu venho denunciar, Presidente, este ambiente que se vem construindo, este ambiente antidemocrático. Na sessão anterior, o Ver. Janta se orientou pelo meu voto: “A Ver.<sup>a</sup> Bruna votou não? Então, eu tenho que votar sim”. É assim que tem sido os trabalhos nesta Casa, quando um da oposição, inclusive, não é justificativa nenhuma. Nem o que o prefeito citou, de que base se orientou ou se instigou com a fala do Ver. Oliboni. Aqui ninguém é criança, aqui todos somos vereadores e vereadoras comprometidos com a cidade e que não deveriam se orientar pela animosidade. Nem na escola, aliás, a gurizada se orienta dessa forma. Então, Presidente, é isso que eu venho denunciar, eu acho que esta Casa precisa ser mais responsável, acho que a gente precisa conseguir olhar para os problemas da cidade de forma coletiva. Nós não podemos olhar para o comércio pensando só o comércio, nós precisamos olhar o conjunto da cidade. Nós não podemos falar que as pessoas precisam se doar em nome da economia, porque não há economia sem vida, e assim sucessivamente. Boa tarde.

(Não revisado pela oradora)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação do Líder.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Boa tarde, Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; colegas vereadores e a todos que nos assistem pela TV Câmara. Não poderia deixar de me manifestar sendo hoje o Dia Mundial da Saúde e fazer uma fala em relação a isso, porque, na verdade, é o dia em que se deve falar na defesa da vida. Defender a vida e valorizar os trabalhadores da Saúde que tanto vêm nos ajudando neste momento de pandemia tão difícil que estamos passando, cansados, exaustos, precisando de apoio, inclusive, psicológico, porque muitos não conseguem, estão trabalhando de dois a três turnos direto nos hospitais por falta de profissionais que estão doentes. Então é muito importante nós falarmos sobre esse assunto, falarmos sobre as vacinas, que nós sabemos que o nosso prefeito está trabalhando muito para possa vacinar o máximo de

peessoas na nossa cidade, mas nós sabemos que é muito pouco ainda perto daquilo que a gente precisa. Nós temos em torno de 2% da população nacional vacinada, e nós precisamos 80% do nosso Município vacinado, para que nós possamos ter uma tranquilidade com relação ao vírus. E a gente sabe que, mesmo vacinados, nós precisamos manter distanciamento, protocolos, porque ainda assim se pega o vírus, se pega de uma forma mais branda, mas ainda se pega. Então precisa, sim, manter por muito tempo. Eu recebi uma notícia, hoje, que o governador estaria disponibilizando 92 mil frascos de sedativos – é uma coisa que também nos preocupa muito neste momento – e bloqueadores, para 69 hospitais do Estado. Isso representa, se nós formos dividirmos 1.300 ampolas para cada hospital, isso é em torno 750 ampolas de Atracúrio e 750 ampolas de Rucorônio, que são os sedativos para intubação. Isso dá para três a quatro dias de UTIs lotadas. Realmente ainda é muito pouco, e a nossa preocupação é muito grande com relação aos medicamentos que estão faltando, as distribuidoras não têm, a matéria-prima é importada, demora para chegar, demora para sofrer toda trâmite para que possa ser feita a medicação, para que ela possa ser desenvolvida. Nós temos o problema também, que nós temos que estar preocupados, com relação ao oxigênio, para que nós não venhamos a passar por aquilo que Manaus passou. Então muitas são as preocupações neste Dia Mundial da Saúde, e principalmente, com o trabalhador que está na linha de frente e precisa ser vacinado, alguns já foram, outros estão sendo agora. Nós sabemos a importância disso, assim como os professores, assim como outros na linha de frente, como falou muito bem o Ver. Bobadra, nós sabemos da necessidade, e que todos deveriam estar sendo vacinados. Infelizmente, nós não temos essa disponibilidade, não é falta de vontade da gestão e, sim, falta de matéria-prima na verdade, falta de vacinação. Mas eu queria também ressaltar com relação às ações que a Prefeitura colocou com relação à arrecadação de alimentos das pessoas, da população, que estão indo se vacinar. É muito importante ajudarmos, e eu acho que a população é extremamente solidária quando se fala em alimentação. Porque é desumano, hoje, nós sabermos que 35% da nossa população, no primeiro trimestre, está na faixa da miséria, na faixa da pobreza. Então é uma demanda muito grande, uma dificuldade muito grande sanar a parte de alimentação. Na gestão passada, tinha o encaminhamento de um cartão alimentação, mas está se encerrando agora em junho ou julho, que é para acolher e atender, um valor que não é muito alto, mas que ajuda muitas famílias que estão cadastradas no CadÚnico e encerra-se agora. Quero deixar aqui a minha proposição para que a gestão continue, e não só se utilize da solidariedade do povo, que é importante e necessária, foram arrecadadas, até hoje, me parece que 6,4 toneladas de alimentos, e isso vai sanar muito a necessidade do nosso Município, mas nós precisamos mais do que isso. Deixo, como sugestão que nós possamos incorporar novamente esse cartão alimentação para atender a essa população que tanto precisa, porque é inadmissível, nos dias de hoje, as pessoas passando fome e com tanta necessidade. Queria deixar aqui a minha solidariedade, parabenizar a Prefeitura pela iniciativa que teve com relação à alimentação, mas nós precisamos mais do que isso, sabemos disso. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL):** Boa tarde, Presidente; colegas vereadores e público que nos assiste pela TVCâmara. Vejo aqui colegas vereadores falando sobre pautas em nível de Brasil – eu acho importante também –, mas gostaria que pudéssemos olhar para Porto Alegre, para a nossa cidade, pois os vereadores representam o povo da cidade na Câmara Municipal.

Quero trazer um pleito muito importante, um pleito sobre saneamento básico, a respeito de 250 famílias lá na Lomba do Pinheiro, na Parada 15. Nós sabemos que a Lomba do Pinheiro, principalmente o pessoal da Parada 15, está sofrendo muito com a questão do saneamento básico. Mais ou menos há uns três anos foi formada uma cooperativa lá para solucionar um problema habitacional de 250 famílias; foi feito um acordo judicial, esse acordo foi assinado pelo DEMHAB, assinado pela Procuradoria do Município de Porto Alegre e essa cooperativa, que são as 250 famílias, através da orientação do Poder Judiciário, protocolaram na CEEE e no DMAE, no dia 20 de dezembro de 2018, o pedido para regularização da sua luz, sua energia elétrica, e da sua água e esgoto. Pois bem, já se passaram três anos, mais ou menos, e o poder público falhou, o poder público não atendeu essas famílias. Recentemente obtivemos informação que uma engenheira foi lá para fazer um laudo e a engenheira entendeu que 500 metros de asfalto raso, um asfalto simples, seria mais importante do que fazer a abertura desse asfalto para instalar a rede de água. Então, vai a nossa nota de repúdio à demora do poder público em atender essas mais de 250 famílias da Lomba do Pinheiro. Repito a vocês, em 20 de dezembro de 2018 foi protocolado no DMAE e na CEE um pedido de providências para que fosse regularizado, que fossem instaladas a sua luz e sua água.

Pessoal, dentro da Constituição da República Federativa do Brasil, é direito fundamental o direito à saneamento básico. Essas pessoas estão passando por dificuldades e estão aqui do nosso lado, na Lomba do Pinheiro. E qual é a função do vereador, qual a função daquele que faz parte do Poder Legislativo Municipal? Não é simplesmente apresentar projetos de lei, mas, sim, fiscalizar as questões do nosso Município, e este é um problema de 2018 que eu estou trazendo à tona aqui e pedindo apoio das respectivas comissões da Casa, quero trazer este tema para a TVCâmara. Eu estive lá conversando com os moradores, esperamos que na próxima semana ande esse processo, se dê continuidade a esse pleito, caso não ocorra isso, semana que vem, novamente, voltaremos à TVCâmara até que sejam tomadas providências em relação a essas 250 famílias da Lomba do Pinheiro, que estão sendo prejudicadas pelo poder público, tanto na questão da energia elétrica quanto da água. Era isso, Presidente, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL):** Boa tarde, Presidente Márcio, demais vereadores, público que nos assiste. Hoje nem estava programado para usar minha liderança, mas, depois da fala da Ver.<sup>a</sup> Bruna, fui obrigado a me inscrever até para poder esclarecer. A Ver.<sup>a</sup> Bruna disse que foi falta de respeito e de diálogo dos vereadores que derrubaram um veto. Pelo que eu entendi, talvez possa estar errado, a vereadora disse que algumas pessoas articularam e dialogaram com o prefeito Sebastião Melo para vetar o projeto aprovado na legislatura passada pela maioria dos vereadores. O prefeito vetou, e a Ver.<sup>a</sup> Bruna achou, na sua opinião, pelo seu discurso, que os vereadores derrubaram o veto por uma relação com a oposição. Eu nem sabia desse diálogo que a Ver.<sup>a</sup> Bruna fala, de algumas pessoas que tinham interesse na derrubada daquele projeto, através de um veto, e que dialogaram com o prefeito Melo.

O que eu quero dizer para a Ver.<sup>a</sup> Bruna é que existem algumas coisas que devem ficar claras sobre o que seria diálogo: diálogo é a conversa de todos. Eu, por exemplo, votei contra a manutenção do veto, porque a minha ideia é essa, eu já votei a favor daquele projeto na legislatura passada, e não fui procurado por ninguém, então ninguém dialogou comigo, nem no ano passado, nem neste ano, me dando razões para que eu votasse contra o projeto ou pela manutenção do veto, até porque, Ver.<sup>a</sup> Bruna, existe uma coisa que surgiu lá pelo século XVIII, por Montesquieu, que é a ideia de divisão dos poderes. Naquela época, em mil setecentos e alguma coisa, século XVIII, Montesquieu surgiu com a ideia de dividir o poder em Executivo, Judiciário e Legislativo, por que dividir o poder? Justamente para que os monarcas, os reis absolutos que dominavam, faziam o que queriam, mandavam matar, cobravam impostos, faziam o que queriam, surgiu essa divisão de poderes para que esse poder fosse dividido em três partes, para que não tivesse esse absolutismo, nem para um lado, nem para outro. Isso foi seguido, e o Brasil é um país que segue este modelo. Nós temos três poderes: Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário. Então, quando a senhora dialogou com um poder, com uma pessoa, com duas pessoas, a senhora não dialogou com tudo, quem não dialogou foi a senhora e os interessados; por que a senhora, que quer tanto diálogo, não procurou os vereadores que iam votar? A senhora parece que fez um primeiro movimento, mas a senhora tem que entender que a Câmara Municipal de Porto Alegre tem autonomia, ela decide, e os vereadores aqui são lideranças escolhidas pelo povo, pelo voto direto do povo, e eles têm opinião. A opinião dos vereadores depende deles e da relação, parece que faltou a senhora dialogar com quem votaria, que são os vereadores. Os vereadores aqui pensam, Ver.<sup>a</sup> Bruna! Talvez a senhora, que vai para um partido comunista, que é centralizador e que toma uma decisão e todos votam conforme seu partido define, não precise conversar com toda a base, com todo mundo. A senhora, se quiser o voto de algum vereador, vou lhe sugerir, Ver.<sup>a</sup> Bruna, a partir de hoje a senhora pegue o telefone e ligue para cada vereador e diga: “Eu gostaria de pedir o seu voto”, porque se dialogar com uma só pessoa, não vai acontecer, Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues. Aqui não é o regime centralizador do seu partido, os vereadores são de

diversas ideologias partidárias e políticas e pensam, os vereadores pensam e tomam decisões. Se a senhora acha que diálogo é falar com alguém que vai ser o soberano, que vai decidir, a senhora está equivocada, a senhora não está na Câmara Municipal de Porto Alegre. Portanto, Ver.<sup>a</sup> Bruna, o diálogo faltou aos interessados, e os vereadores aqui votaram conforme acharam melhor, e muitos deles com coerência. Eu, por exemplo, votei com a minha coerência, eu votei favorável a esse projeto na legislatura passada, em 2020, e continuei com o mesmo voto, com a mesma coerência de 2020, inclusive a senhora pode dizer: “Ah, mas votaram contra...”, ninguém votou querendo derrubar o veto porque é do governo ou porque tinha ligação partidária; votamos porque achamos, em 2020, que esse projeto era bom para a cidade, eu tenho certeza que é bom para a cidade, porque essa lei acaba com alguns privilégios de algumas pessoas que utilizam esses valores para fazer política, político-partidária e eu não concordo, assim como a grande maioria dos vereadores, que não concordaram em 2020, não concordaram em 2021 e votaram com consciência naquilo que acharam melhor para a cidade. Agora, se faltou diálogo, faltou por parte de alguns interessados, Ver.<sup>a</sup> Bruna. Muito bem, valeu!

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Muito obrigado, Presidente Márcio, meus cumprimentos pela sua condução na presidência; meus queridos colegas vereadores e vereadoras. O discurso do Ver. Mauro Pinheiro quase me contemplou, falando sobre a nossa presidente da CEFOR, a Ver.<sup>a</sup> Bruna. Eu também entendi que a Ver.<sup>a</sup> Bruna fez o melhor discurso, destacando a intolerância da oposição. Ela falou muito bem que aqui está um ambiente de intolerância; ela não quis dizer que era intolerância da oposição, mas foi. Ver.<sup>a</sup> Bruna, a nossa base se consolida cada vez mais em função do radicalismo da oposição. Eu gostei muito do Ver. Pedro Ruas, aliás, ele é um vereador inteligente e, além de inteligente, conhece como funciona a democracia, e ele disse claramente na questão da Procempa: “Nós não queremos votar a Procempa, nós sabemos que temos minoria”. Então, tem que entender o que é a minoria e a maioria, e o diálogo, eu tenho certeza que quando o prefeito e o secretário Cassio Trogildo disseram que o ambiente está complicado na Câmara, olha, está complicado pelo radicalismo de membros da oposição. Tem alguns que não são tão radicais assim não, às vezes alguém que a gente pensava que era mais radical, não o é, mas tem alguns membros da oposição que são contra tudo, e essa mesma oposição radical está fazendo com que o outro lado se consolide cada vez mais. É o chamado 26 a 10. O líder do governo fica até silencioso, a base e os independentes estão votando por convicções próprias, não tem cabeça do prefeito, o prefeito não pegou o telefone e conversou de um a um, como deveria ter feito com a Ver.<sup>a</sup> Bruna, por exemplo, com o PCdoB, com os vereadores que não queriam derrubar o veto. Eu escutei muitos discursos, é verdade,

louvando o diálogo com o prefeito Sebastião Melo, mas eu não ouvi um discurso dos vereadores pedindo para os vereadores apoiarem, não, só falavam da situação de derrubar o veto ou não. Nós precisamos, realmente, menos radicalismo, mas o radicalismo começou na oposição, está sendo seguido por alguns membros da oposição – são três partidos, provavelmente tenha algum de cada partido nessa linha –, mas eu tenho certeza de que os mais sensatos vencerão, inclusive na oposição, para termos um ambiente mais calmo, mais tranquilo e respeitoso dentro da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Nós somos 36 vereadores, cada vereador tem o seu mandato, cada vereador é dono do seu mandato e opta por votar a favor ou contra projetos. Nós temos tido, na base do governo e nos independentes, coerência – essa é a palavra – e certamente vamos, nas votações de agora em diante, assim como naquelas que já passaram, seguir tendo coerência. Então esses votos que não são da oposição, que são votos da cidade, na maioria das vezes, 24 a 10, o 10 se consolida, e os outros têm opinião própria, por isso que não fecha sempre; às vezes, são 22; às vezes, são 25, então são vereadores que pensam, mas a oposição radical está fazendo uma coesão com a base e os independentes. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores. Gostaria aqui de esclarecer, até para o público da TVCâmara, sobre o veto que foi derrubado. O veto que foi derrubado dá liberdade para cada estudante escolher onde ele quer fazer a sua carteira estudantil. Então não mais estudantes serão reféns dos grêmios estudantis, não precisarão ir somente ao grêmio estudantil, eles poderão ir também à EPTC. Então a liberdade para cada jovem da nossa cidade, foi isso o que foi conquistado na última sessão, na segunda-feira, nesta Câmara de Vereadores. Não foi nenhuma coalizão, não foi nada, foi simplesmente a gente trazer liberdade para cada estudante de Porto Alegre. Eu gostaria de pontuar isso, uma vez que foi aqui trazida de uma maneira um pouco falaciosa a questão de como e o que foi votado na segunda-feira. Não é para enfraquecer os grêmios estudantis. Se o grêmio estudantil é bom, se o estudante se sente representado, ele pode retornar e fazer a carteira dele no grêmio estudantil. O que foi aberta foi uma possibilidade de fazer diretamente, e não mais via grêmio estudantil.

Então eu gostaria de fazer essa colocação e também gostaria de reforçar que eu estou atuando na linha de frente. Ontem, eu estava numa escola municipal na Restinga; hoje, eu estava na Hípica; vou às ilhas também, e eu encontro, nas minhas visitas, alunos com mochilas nas costas, alunos perguntando para a professora quando é que vão ter que entregar o material, quando terão tema novo; eu encontro diretoras trabalhando; eu encontro professoras entregando e corrigindo material. Então é isso o que acontece nas comunidades, e não é na comunidade aqui do Moinhos de Vento e

nem do Bela Vista, é na comunidade da Restinga, comunidade que passa fome, comunidade que vê a inflação, comunidade que aqueles R\$ 200,00 que vocês falam do auxílio emergencial só vai trazer resultado se a gente reduzir o gasto público – se não reduzirmos o gasto público, vai trazer mais inflação. Então, está na hora de, quando a esquerda, quando PCdoB, PT e PSOL disserem que protegem a comunidade, começarem a baixar o seu nível de proteção também de corporativismo, porque, se não, a conta nunca vai fechar, vai ser sempre um toma lá dá cá. Não tem como mantermos, tirarmos dinheiro de árvore, então, se não votarmos a reforma da previdência, estaremos gerando mais inflação em Porto Alegre, e não tem auxílio emergencial que vai dar dinheiro para os pobres. Então, por isso que eu gostaria de trazer aqui que a política que eu faço não é a política do Moinhos de Vento e do Bela Vista, é a política real, de quem conseguiu estudar muito, trabalhar muito e lutar para estar aqui. E trago com muita seriedade a importância de a gente fazer as reformas necessárias, o corte do gasto público necessário para que a gente não tenha inflação na nossa cidade, para que a gente consiga fazer medidas que tragam resultado lá na ponta, que consigam trazer recurso para a escola, recurso para o sistema de saúde, recurso para a segurança, recurso para a assistência social. Mas a gente só vai conseguir dar recurso lá na ponta se a gente cortar o corporativismo, que a gente sabe que custa caro no nosso Município.

Agradeço a oportunidade e me coloco à disposição para quem quiser ir comigo também às escolas nas visitas, porque, sim, é lá que eu estou atuando, e não aqui nos bairros Moinhos de Vento e Bela Vista, que só pagam os impostos. Lá na ponta, o que a gente precisa ver é o resultado na prática.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Muito obrigada, Presidente, fico muito honrada de poder falar na tribuna no dia de hoje. Eu acho que é importante a gente deixar algumas coisas sempre bem claras, até porque o público que nos assiste – e isso fica gravado na TV – vai tentar entender o que está acontecendo na Câmara de Vereadores. É meu segundo mandato, e eu vou dizer que os debates que têm acontecido nesta Câmara, lamentavelmente, têm sido muito desqualificados, não têm acrescentado nada para a população de Porto Alegre; porque, infelizmente, alguns vereadores tendem a distorcer a realidade, tendem a inventar mentiras, tendem a mastigar as palavras, como eu digo, até se tornarem palatáveis, para que as pessoas façam com que isso seja verdade, e não é. A verdade é sempre uma, existem pontos de vista diferentes. Não adianta a gente tentar aqui partir de mentiras, de debates que não levam a nada, ficar perdendo tempo. Mais do que isso, a radicalidade me parece que, muitas vezes, vem sempre daqueles que reclamam. Aliás, a gente tem visto ultimamente que aqueles que sempre se dizem pelos pobres, pelos mais vulneráveis têm tido a sua fala e a sua ação desconectadas da realidade. A realidade que acontece na rua é que as

peessoas precisam de trabalho, não é economia, ninguém quer dinheiro, ninguém quer ganhar dinheiro; aqui nós queremos que as pessoas possam trabalhar para ter a sua dignidade de volta, para que elas possam levar a comida para a mesa dos seus filhos à noite – muitos trabalhadores trabalham de dia para poder comer à noite. E me parece que alguns vereadores que falam que são das minorias, das pessoas que mais necessitam, que mais precisam, que são mais vulneráveis, não reconhecem essa verdade; dizem que vêm daqui, dali, da periferia, mas a teoria não está casando com a prática.

Mais do que isso, nós precisamos dizer também que os estudantes estão cansados de serem manipulados por diretórios estudantis que querem colocar, na cabeça dos estudantes, coisas que não existem. Nós precisamos que cada vez mais exista a isonomia, o equilíbrio entre as coisas.

Quero também dizer que nós precisamos de remédios, as pessoas precisam de remédios nos postos de saúde para fazer o seu tratamento contra a Covid-19. Independentemente de crenças, nós não somos médicos, e nem mesmo os médicos estão cientes do que é melhor ou do que é pior. Agora, quem tem uma doença quer que ela seja tratada; quem tem necessidades são as pessoas mais vulneráveis. E é uma afronta a gente cada vez ver que quem vai ao posto de saúde é mandado para casa com dipirona; depois de uma semana, dez dias, retorna direto para uma UTI de hospital. Nós não queremos, como disse uma vez uma vereadora aqui na tribuna, remédios para as pessoas serem entubadas; nós queremos remédios para as pessoas não serem entubadas, nós queremos remédios para as pessoas poderem se tratar antes de cair.

Para encerrar, Presidente, falam muito aqui em conciliação, em respeito; mas está muito longe desta Câmara ter respeito entre as posições dos vereadores. E nós sempre tivemos nesta Câmara uma discussão muito salutar e muito embasada em conhecimentos, em ideologias, sem atacar as pessoas; mas isso nós não temos visto ultimamente. Espero que a Câmara se recupere, porque está na UTI. Nós precisamos debater, e fazer bom debate significa ter o melhor para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Presidente Márcio, colegas, eu, na verdade, peço a palavra aqui e agradeço, pois estou usando o tempo de liderança dos meus colegas vereadores Kaká D'Ávila, Ramiro e Gilson Padeiro para dividir aqui com todas as pessoas que nos acompanham as boas notícias de hoje. Saudar o trabalho que o Detran tem feito no governo Eduardo Leite, assim como a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, que tiveram aí um acerto enorme na redução da taxa de licenciamento do Detran. E todos aqueles que não buscaram essa informação e que, eventualmente, já fizeram o seu pagamento de licenciamento do ano de 2021 ficarão

com crédito. Então quero parabenizar essa iniciativa, neste momento, que é um momento difícil e também por unanimidade, a aprovação na Assembleia de todas as mãos que participaram desse projeto e da sua aprovação, do auxílio emergencial estadual. Então, quero exaltar as ações, que elas se reproduzam no nosso meio público, e nós, vereadores, neste momento de pandemia, temos que trabalhar mais e avaliar mais proposições, não se limitando a temas de proposições, e seguir esse exemplo.

Finalizo, agradecendo a visita e a conversa com alguns vereadores e colegas que estão debruçados em transformar a nossa prática legislativa municipal de maneira menos burocrática, fazendo um entendimento de que a gente precisa produzir mais para a sociedade. Nesses momentos difíceis é bom sempre dar um pouco de luz, Presidente, às boas ações que estão se encaminhando no Estado do Rio Grande do Sul. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Não havendo mais inscrições, podemos passar para à Ordem do Dia.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede a chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 33 Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores responderam a chamada nominal.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h59min:** Havendo quórum, passamos à

## **ORDEM DO DIA**

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0350/20 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 016/20**, de autoria do Ver. Professor Wambert, que ratifica, para todos os efeitos, as alterações dos limites da Macrozona (MZ) 08, entre as Unidades de Estruturação Urbana (UEU) 078 e 080, das Subunidades 01 e 09 da UEU 078 da MZ 08 e das Subunidades 01 e 02 da UEU 080 da MZ 08 e a criação das Subunidades 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da UEU 078 da MZ 08 e das Subunidades 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12 da UEU 080 da MZ 08, constantes do Anexo 1.1 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) –, e alterações posteriores, bem como as definições dos respectivos regimes urbanísticos para as novas Subunidades, e dá outras providências. **(SEI 046.00051/2020-58)**

**Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela rejeição do Veto Total.

**Observações:**

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;

- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

**Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:**

**SIM** – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

**NÃO** – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 06-04-21 (terça-feira).

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em discussão o PLCL nº 016/20, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Obrigado, Presidente; vereadoras e vereadores, eu conheço esse projeto e acompanhei muitos projetos semelhantes, ao longo de sete mandatos, seis nesta Casa e um na Assembleia. São projetos que buscam mudar - as câmaras municipais -, o Plano Diretor, para beneficiar determinadas áreas, mas não do ponto de vista social, e sim do ponto de vista de valorização do preço dos imóveis. Esse projeto sempre foi muito ruim, e não é o primeiro, sempre houve. Em questão de Plano Diretor nós temos que ter um olhar atento, porque a especulação imobiliária está sempre buscando reformas do seu interesse. Esse projeto, como outros do passado, infelizmente, outros no futuro, buscam satisfazer esse apetite voraz das grades incorporadoras, das grandes imobiliárias, que não se satisfazem nunca, sempre buscam mais e mais, e obviamente, em detrimento dos interesses maiores da sociedade, e, particularmente, daqueles que menos possuem em termos econômicos e financeiros. Por isso, esse veto está bem posto. Eu elogio o Prefeito Sebastião Melo, a colocação desse veto, e peço inclusive ao líder Idenir Cecchim, e ao Ver. Pablo Melo, que têm uma relação mais próxima, obviamente, com o prefeito, que transmitam meus cumprimentos, porque esse projeto, eu lembro que a sua aprovação me deixou muito triste, eu não era mais vereador, era deputado – eu acho -, mas eu lembro que acompanhei com tristeza a sua aprovação. Isso é comum, isso acontece muito, e o problema maior é exatamente quando eles se tornam leis, aí o prejuízo é absoluto e muitas vezes irreversível. Existe troca de informações, existe uma série de situações, os interesses que se revelam num projeto dessa natureza. É minha opinião, é minha experiência, eu conheço bastante, sempre acompanhei qualquer tipo de mudanças no Plano Diretor, porque as pessoas imaginam a cidade para lucrar, e aí há parlamentares, que de forma ingênua ou não, apresentam projetos que são verdadeiras barbaridades. Esse projeto é uma dessas coisas. Um projeto que, ao ser votado, deveria ter sido rejeitado, e, agora, na hora da sanção, deveria ser vetado, e foi vetado. Muito bem.

Então, me resta aqui, como vereador e líder da oposição, durante o meu mandato, é claro, inclusive, o mandato de líder da oposição, mas me manifesto como vereador e líder da oposição no sentido de que não há a menor possibilidade de se votar a favor de um projeto como esse. Quem conhece a realidade de Porto Alegre, e, particularmente, os interesses especulativos e imobiliários, sabe a que esse projeto se destina, sabe que o veto está bem feito e bem colocado, no momento exato. Não manter esse veto hoje, trará um prejuízo enorme para Porto Alegre. Eu quero crer que todas as vereadoras e todos os vereadores, neste momento – é um pedido –, respeito a condição de cada um, evidentemente, mas que pensem na cidade. Esse projeto é nefasto para Porto Alegre, portanto, o veto se justifica e deve ser mantido. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Leonel Radde está com a palavra discutir o PLCL nº 016/20, com Veto Total.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; quero parabenizar o prefeito Sebastião Melo pelo veto neste PL, que, de fato, como bem falou o vereador e líder Pedro Ruas, nós sabemos que existem outros interesses por trás desse projeto, a Fazenda do Arado, e, inclusive há uma série de fatores não só territoriais envolvidos nisso, fatores como direitos humanos, direitos dos povos originários. Então, foi muito bem o prefeito Sebastião Melo nesse veto, que nós acompanhamos e também indicamos voto favorável à manutenção do veto. Apontamos isso também na CCJ, porque observamos que é realmente muito importante que estas políticas desta especulação imobiliária agressiva, que elas não prosperem na nossa cidade pelo bem da nossa saúde, pelo bem do meio ambiente e também por respeito aos povos originários que habitam a nossa cidade. Então, é isso. Basicamente queria parabenizar o prefeito Sebastião Melo por essa iniciativa e colocar nosso voto contrário a este projeto e favorável à decisão da Prefeitura. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCL nº 016/20, com Veto Total.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Este projeto é um projeto importante na Zona Sul, tem problemas de origem, ele já foi judicializado uma vez. Então, eu quero encaminhar com a base para que seja mantido o veto. Ele está sendo rediscutido e será encaminhado pelo Executivo novamente sem vícios de origem. Encaminho pela manutenção do veto.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCL nº 016/20, com Veto Total.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Boa tarde a todas e todos que estão atentos a esse tema. Eu fico sensibilizado... (Problemas na conexão.) ...tratando do Extremo-Sul, Belém, Lami, enfim. É uma zona que está muito esquecida e esse projeto do Ver. Wambert é um projeto que não considera o próprio sítio arqueológico daquela região, ou seja, a história da constituição mais antiga do território de Porto Alegre e daqueles que habitaram essa região. Então, é uma zona de interesse de estudo científico e cultural. Há um resgate inclusive das origens do que veio a se tornar Porto Alegre, aqueles primeiros habitantes, povos indígenas. Então, a gente precisa com muita acuidade observar isso, observar com muito conhecimento de causa. Eu acho que sim, que novos empreendimentos na cidade são importantes porque são geradores de empregos, são geradores de renda e é um desenvolvimento. Agora, o desenvolvimento não pode ir na contramão da construção histórica, da preservação do patrimônio ambiental histórico. Eu quero dizer aqui que votarei para a manutenção do veto no sentido de que nós precisamos debater melhor as condições da nossa cidade para o seu desenvolvimento. Desenvolvimento sustentável não se dá simplesmente pela encomenda de projetos de lei, a gente sabe que isso, muitas vezes, é uma prática no Brasil, uma prática comum. Há um chamado *lobby* também que em alguns lugares acontece, em que determinadas corporações empresariais encomendam projetos de lei e eles acabam surgindo. Recentemente, a gente viu uma encomenda empresarial que entregou a CEEE por R\$ 100 mil - uma mixaria! Então, eu aqui, com a propriedade que tenho sobre a história de constituição da Zona Sul, quero dizer que é uma zona que precisa do olhar desta Câmara, é uma zona esquecida. A última grande obra que nós fizemos lá foi a duplicação da Av. Juca Batista há 20 anos, praticamente. Nós precisamos pensar que a Prefeitura precisa investir naquela região e não simplesmente a gente mudar o Plano Diretor sem debater e muito mais por vício de iniciativa querer esse projeto do Ver. Wambert. E muito me admira o Ver. Wambert, se eu não me engano ele tem alguma formação em direito; enfim, só quero dizer aqui que nós precisamos preservar o meio ambiente, precisamos desenvolver a cidade, mas com sustentabilidade e não podemos atacar sítios arqueológicos, áreas inclusive de preservação de espécies. A gente sabe da expansão do território de Porto Alegre, sabe do aumento da população, mas é preciso uma política robusta, é preciso um debate inclusive com o Ministério das Cidades para que a gente possa trazer investimentos para Porto Alegre no quesito da Habitação de Interesse Social também para os que mais precisam. Acho que esta Casa é um espaço de amplo debate, de participação e acho que a gente deve mais ainda, para fora da Câmara, trabalhar com a questão da participação popular ampla e democrática, resgatar o Orçamento Participativo, resgatar a população do Extremo-Sul para debater. Esse é um tema que interessa a todo Belém Novo, não foi discutido, não foi discutido. Eu moro próximo, nunca fui chamado. Acho que a gente tem que esgotar o debate e, depois de esgotado o debate, a gente pode trazer proposições robustas. No caso, não poderia ser feito pela Câmara e, sim, pelo

Executivo. Fico feliz que o Ver. Cecchim coloca aqui a questão a debater, a construir, espero que estejam a construir pelo Orçamento Participativo, embora as assembleias, a gente sabe que elas não são tão fáceis de realizar, exigem uma logística, mas elas precisam acontecer, Ver. Cecchim. A democracia é uma conquista do povo brasileiro e a gente tem que mais e mais trazer as pessoas para o debate; aproximar a Câmara de Vereadores da cidadania, não ser a Câmara de Vereadores num espaço em que a população não consegue chegar. Acho que a gente tem que trazer mais o povo para os debates e isso é salutar. Pode ser para alguns cansativo, mas eu acho que vai ser muito rico. Muita gente quer debater muito os temas da cidade. Então, meu muito obrigado e um bom debate a todos. Votarei pela manutenção do veto, a favor da preservação ambiental e histórica desta cidade.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLCL nº 016/20, com Veto Total.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Obrigado, Presidente, quero cumprimentar os colegas vereadores; minha manifestação é bem breve. Quero agradecer até a fala dos colegas vereadores, também ao Ver. Cecchim, líder do governo, que já esclareceu também as razões do veto, deixou claro também a insegurança jurídica com relação ao vício de origem debatido amplamente nesse processo do Ver. Wambert. Eu sou favorável, não só ao empreendimento como ao desenvolvimento da região, acho que é um projeto benéfico para a nossa cidade, mas independentemente do mérito, acho que é importante nós termos justamente segurança jurídica para proceder nesse tema. Obviamente, eu vou votar pela manutenção do veto para permitir esse arcabouço jurídico que dê segurança para os investimentos acontecerem e que ele venha da forma correta então para que nós possamos apreciar aqui na Câmara Municipal. Então, agradeço a todos, agradeço ao governo a orientação e ficamos no aguardo dos próximos passos desse projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLCL nº 016/20, com Veto Total.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL):** Obrigado, Presidente Márcio, quero dizer, em primeiro lugar, que sou totalmente favorável ao projeto do Arado, porque... (Problemas na conexão.) ...projeto que sabe o quanto vai trazer de desenvolvimento para aquela região e o quanto é importante nós conseguirmos avançar em loteamentos e condomínios regularizados na cidade de Porto Alegre. Infelizmente, para alguns, toda vez que se aprova um projeto de desenvolvimento econômico, somos acusados de que tenha algum acerto com alguém, com algum empreendedor por

questões financeiras. Eu quero dizer que esse é um ataque pontual e sempre contínuo da oposição àquelas pessoas que querem buscar o desenvolvimento da cidade. Que nós temos sim é que buscar é maior agilidade, Ver. Felipe Camozzato, nas condições e na liberação para os loteamentos regulares na cidade de Porto Alegre. E, felizmente, já se avançou bastante na legislatura passada e vem-se avançando, mas é preciso simplificar, porque se torna quase impossível o empreendedor conseguir investir em áreas regulares para construir loteamentos. O que acontece? Existem algumas pessoas, uma máfia, uma indústria das ocupações que engana os pobres coitados, as pessoas, trabalhadores na sua grande maioria que não têm onde morar, ou quem mora em de aluguel ou tem dificuldade de moradia e são levadas com promessas fáceis de ocupações de grandes terrenos, principalmente, na Zona Sul de Porto Alegre por algumas pessoas que formaram uma máfia, a máfia da indústria das ocupações que ocupam áreas e depois surgem as AEISs por alguns vereadores, não todos, mas alguns, que constroem isso, sim, com uma relação com as ocupações e com alguns empreendedores e aí são construídos condomínios em terrenos, em loteamentos não regulares, porque as regras não são claras, e é muito demorado para que o proprietário consiga agilizar. E o que acontece?... (Problemas na conexão.) ...indústria das ocupações, depois nós não temos a infraestrutura necessária e aqueles trabalhadores que foram enganados, que foram morar nessas desocupações acabam tendo que correr atrás, pedir favores para um, para outro, com vereador A, com vereador B, que acaba trabalhando em cima disso. Acabam trabalhando em cima da desgraça alheia e o governo fica correndo atrás para conseguir levar o mínimo de infraestrutura. Muitas vezes, as pessoas moram sem água, sem luz, sem condições mínimas de infraestrutura.

Então, o que nós precisamos, sim, é facilitar a regularização desses... (Problemas na conexão.) ...e facilitar os loteamentos para que os empreendedores, que querem empreender na cidade de Porto Alegre e têm dificuldades. Eu sou parceiro sempre, para que a gente possa buscar facilidades para que a gente possa fazer loteamentos regulares, como... (Problemas na conexão.).

Eu fico feliz, Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, dizer que esse assunto já tem sido conversado.... Existe uma não garantia, e pode haver uma não garantia jurídica, então, é um processo complexo, mas o governo está sensibilizado e vai apresentar um projeto... (Problemas na conexão.) ...do Executivo, e, dessa forma, dar mais garantia jurídica a esse projeto, que é um projeto importante e, certamente, vai melhorar muito as condições dessa área e daquela região da zona sul de Porto Alegre, ou seja do Extremo-Sul.

Portanto, sou totalmente favorável ao projeto, espero que o governo tenha agilidade em mandar para cá... (Problemas na conexão.) ...o mais rapidamente possível, para que o empreendedor possa construir, gerando mais empregos, rendas, naquela região que tanto precisa.

Conte comigo, vereador, vou votar pela manutenção do veto e aguardar ansioso por um projeto do Executivo. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLCL nº 016/20, com Veto Total.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Vou ser bem rápida aqui. Tenho certeza que a Ponta do Arado merece todo o progresso que lá é necessário para a população ao redor e nós precisamos, sim, logo em breve. Tenho certeza que o prefeito Melo vai encaminhar um outro projeto para que não tenha vício de origem. Então, nesse momento, vamos manter, sim, o veto do prefeito, mas já sabendo que, num futuro próximo, o projeto vindo da Prefeitura Municipal a respeito da Ponta do Arado será uma realidade aqui na Câmara de Vereadores e não podemos deixar que o progresso pare aqui na nossa cidade. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCL nº 016/20, com Veto Total.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Presidente, nobres vereadores, vereadoras, não vou me aprofundar muito. Nós fizemos uma votação, naquela oportunidade, muito significativa na Câmara. Entendíamos que o progresso poderia se resolver de uma forma boa para aquela região. Mas dentro de uma possibilidade de ser judicializado e ficarem dúvidas, o prefeito vetou e nós vamos acompanhar esse veto para analisar essa questão jurídica. E ninguém melhor do que o prefeito Sebastião Melo para conversar, para acordar com uma região que é dele. Ele conhece bem essa questão. Então, depois com mais equilíbrio, com mais dados, eu acredito que a Câmara possa se debruçar num projeto do Executivo. É o que está se propondo agora e nós vamos aguardar. Obrigado. Vou manter o veto do prefeito.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLCL nº 016/20, com Veto Total.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Eu não iria me inscrever porque é um veto do governo e eu vou acompanhar o veto, já que agora está totalmente claro porque o governo vetou, mas eu me inscrevi por conta da intervenção do Ver. Mauro Pinheiro, que eu considero uma intervenção muito desrespeitosa, leviana, em última instância. Por que ela é uma intervenção leviana? Porque ela é uma intervenção que faz uma acusação genérica contra grileiros, contra supostos vereadores, que estariam a serviço do que ele chama de indústria da ocupação, quando nós sabemos muito bem que as ocupações de terra, como regra, respondem a uma necessidade social, pelo fato de que, infelizmente, nós não temos política habitacional. E o Ver. Mauro Pinheiro, especialmente, que eu não sei, sinceramente, nem de que partido ele é, não sei

em que legenda ele se encontra, uma legenda de aluguel.... Porque, sinceramente, o deslocamento do Ver. Mauro Pinheiro numa posição de direita é muito incrível. Por que isso me chama a atenção? Por que ele, inclusive, foi líder de um governo que não construiu absolutamente nada, nenhuma moradia popular. O governo Marchezan não criou uma moradia popular! Então, quando nós temos governos que não fazem investimentos na educação, que não constroem moradia popular, as ocupações se tornam inevitáveis. E o Ver. Mauro Pinheiro, de forma leviana, atacou uma legislação, que é uma legislação muito progressista, muito importante, que institui a ideia das áreas de interesse social, e é uma legislação moderna, para combater a especulação imobiliária, essa falcatrua de recursos públicos sendo comandados pela especulação. Isso, sim, deveria ser combatido pela Câmara Municipal, mas, infelizmente, não é. Então, é realmente revoltante que um vereador use a palavra, quando nós estamos tratando de um projeto para atacar uma legislação que veio instituída com o Estatuto da Cidade e... (Problemas na conexão.) ...a população que, com todo o direito, ocupa, sim, terras porque os governantes não realizam política habitacional. Quando nós tivermos, neste país, política habitacional, vai terminar a ocupação de terra. Não tenham dúvida disso. Quando as pessoas ocupam, elas ocupam por extrema necessidade. Ninguém passa frio, ninguém fica dormindo ao relento por interesse. Quando as pessoas fazem isso o fazem porque não têm moradia. E nós, em Porto Alegre, seguimos nesta situação: não há política habitacional. Portanto, se continuarem as ocupações de terras, e espero que tenha, sim, eu, por exemplo, vou apoiar. E eu não tenho relação com nada de indústria de ocupação, nem nada nesse estilo, então, o Mauro Pinheiro tem que parar de insinuar crime ou, então, ele que aponte quem são os criminosos. Porque criminoso é não ter política habitacional; criminoso é nós termos milhares de pessoas que não têm direito a teto; e criminoso é governar serviços da especulação imobiliária, em que grandes proprietários de terra que, infelizmente... (Problemas na conexão.) ...nessa terra.

Portanto, eu queria registrar aqui o meu protesto contra um tipo de intervenção que foge da pauta, que ataca legislações modernas, necessárias para a cidade, como são as legislações ligadas às áreas de interesse social. Nós, na gestão passada, na legislatura passada, inclusive, fizemos na região do Mato Sampaio, que foi muito prestigiada, inclusive, pela imprensa, que viu a importância daquela legislação, legislação essa que eu acho que nós votamos por unanimidade na Câmara. E também, em 2012, na direção do Pedro Ruas e da Fernanda Melchionna, nós também conseguimos garantir essa luta das áreas de interesse social. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLCL nº 016/20, com Veto Total.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Presidente, colegas, eu me sinto completamente contemplado com as falas do Ver. Mauro Pinheiro, líder no nosso governo, e também do Ver. Idenir Cecchim, líder do atual governo, e eu também

preciso fazer uma consideração aqui de vários colegas, que votaram a favor dessa proposição; votamos a favor dessa proposição por acreditar e apostar no desenvolvimento da cidade, houve um entendimento, numa conversa coletiva entre várias lideranças da legislatura passada, para aprovar esse projeto. Mas me sinto contemplado, no momento em que o governo se manifesta em enviar um projeto, porque, no meu entendimento, houve uma manifestação clara, acho que do Ministério Público, em questionar, por causa da origem da aprovação. Então, quero deixar muito claro aqui que vou continuar a favor do desenvolvimento. Votar a favor, na tarde de hoje, não significa que eu esteja concordando de que não haja o desenvolvimento da cidade, que não haja o empreendimento naquela região. Não conheço o empreendimento, a não ser do ponto de vista do projeto, mas não é uma novidade. Os vereadores, durante a presidência passada, Presidente, votaram para que houvesse várias modificações dentro do escopo do Plano Diretor. Inclusive quero parabenizar aqui o Secretário Germano, que vem se debruçando para que seja revista a questão do Plano Diretor, nós, vereadores, vamos ter muito trabalho sobre, mas me sinto muito contemplado em acompanhar o veto, e vamos acompanhar, depois, o projeto do Executivo, em nome do desenvolvimento da cidade de Porto Alegre.

Não gosto muito, fazendo um registro aqui... (Problemas na conexão.) ...e já busquei os dados sobre o número de entregas de moradias e trabalho. Óbvio, não fomos perfeitos, no nosso governo não teve perfeição, e não há nenhum governo que será perfeito, nem os que passaram, nem os que virão, e não concordo com a manifestação do Ver. Robaina, porque vi, inclusive, o Ver. Mauro Pinheiro, como líder, acompanhar várias ações do DEMHAB, de regularização, de entrega de lotes e de moradias na busca da dignidade e da cidadania de várias pessoas, no campo da moradia.

Então, registro, aqui, também, concluindo, parabéns a toda equipe do DEMHAB e funcionários do quadro, e também da administração anterior, bem como a que está lá, que se debruçam diariamente com um problema, que não é um problema de Porto Alegre; é um problema mundial o problema da moradia. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCL nº 016/20, com Veto Total.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Presidente Márcio, senhoras e senhores vereadores, amigos e amigas; estamos acompanhando este projeto, este veto, e vou votar pela manutenção do veto. Até quero dizer que, ouvindo as manifestações, vamos aguardar atentamente o projeto que virá à Câmara, que deverá ser um pouco diferente daquele que se votou no ano passado, que eu, com todo o respeito, votei contra. Não porque seja contra o desenvolvimento, mas eu acredito num desenvolvimento sustentável e que algumas áreas precisam ser preservadas. Não pode o empreendedor que tem lá uma área enorme de terra supervalorizada e muito bem localizada pretender fazer uma obra que abarque toda a área, é preciso preservar áreas

de preservação, vamos ser redundantes aí. Vamos aguardar a posição do nosso prefeito, acredito que virá um belo projeto para a Câmara. Vou repetir: eu vou aguardar o projeto e vou votar pela manutenção do veto.

Eu estava ouvindo o Ver. Mauro Pinheiro, quando falou no licenciamento de obras. Em Porto Alegre, está praticamente um caos esse licenciamento, o que vem de décadas. Com todo o respeito, nas campanhas, os nossos candidatos todos falam numa agilização desse processo, mas me parece, principalmente agora com a pandemia, que está cada vez pior e mais lento. Quero registrar que, acompanhando os processos, eu tenho visto que andam mais rápido os empreendimentos maiores e, praticamente, estão parados empreendimentos unifamiliares e bem menores. Portanto, a Prefeitura e o governo precisam dar uma avaliada de como andam os processos de liberação para construção na nossa cidade. Um abraço a todos e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLCL nº 016/20, com Veto Total.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB):** Muito obrigado, Presidente. Eu nem ia comentar sobre o assunto, mas, com a fala do Ver. Roberto Robaina, que quase espumou aqui defendendo o que ele considera o seu ponto de vista, eu gostaria de fazer um contraponto a ele, é um debate de ideias. Primeiro, sobre a forma como o Ver. Robaina se posicionou com relação ao colega Mauro Pinheiro e repetiu várias vezes: “Quem é o criminoso?” Ver. Robaina, criminoso é o discurso que o senhor fez agora há pouco. Inclusive o senhor admitiu aqui, deixou de uma forma muito clara, muito expressa que não só já fez, como fará de novo a proteção das chamadas ocupações. Não existe ocupação, sempre é invasão. “Ah, mas tem o direito legítimo da luta corporativa.” Olha, há outros modos legítimos, há meios legítimos de se buscar a moradia, de se garantir a moradia que não seja a invasão, seja de terra pública ou de terra privada. Por trás de toda invasão, eu costumo dizer que há alguns senhores. Há o senhor do tráfico, que quer mais um espaço para o seu negócio ilícito; há o senhor dos grileiros, daquele que vai lá, invade uma terra para depois vender para alguém os lotes feitos; há também o senhor do advogado picareta, aquele advogado que vai lá na comunidade e diz o seguinte: “Olha, vocês têm o direito de permanecerem aqui, eu vou lutar por vocês”, e cobra das famílias de uma forma vil, de uma forma mentirosa, baixa, nem sei como é que a OAB não fica mais em cima desse tipo de picareta que engana e ludibria essas famílias; há também o senhor da má política, porque muitos desses espaços acabam se transformando em currais eleitorais de políticos que também fazem um discurso de retroalimentação horrível, que usam da necessidade das pessoas e vão lá vender ilusões. Por que vocês querem, Robaina, que o povo continue, literalmente, na merda, em áreas irregulares, em áreas de risco, sem saneamento, com esgoto correndo, com as crianças brincando no meio da merda, no meio do esgoto? Por que vocês incentivam que essas pessoas invadam áreas que não são próprias para moradia, que não

foram preparadas para receber moradia, e que ali fazem as coisas de forma improvisada, que se perpetua dentro de uma lógica burocrática que nós temos dentro do estamento brasileiro, que acaba fazendo com que o poder público não possa investir na área, porque a área é irregular? Está invadida, e aí vocês vão lá na época de campanha, colocam os seus cartazes, colocam os seus panfletos, dizem que as pessoas têm o direito de permanecer ali, que vão lutar por moradia digna, que vão lutar por saneamento, quando, na verdade, não pode ser feito saneamento lá, porque a área é irregular ou, muitas vezes, é uma área de risco. Então, Robaina, a qual senhor vocês estão servindo?

Eu estou com vocês na mesma luta por habitação. O colega Moisés Barboza agora colocou, inclusive, que, no último governo, foram entregues mais de quatro mil moradias. Não foi como o senhor disse, que não foi entregue nenhuma moradia, foram mais de quatro mil moradias entregues na última gestão... (Problemas de conexão.) ...cada vez mais. Esperamos que sejam entregues em programas habitacionais verdadeiros e não programas falcatuas, que ficaram só no *marketing* governamental, como foi o Minha Casa, Minha Vida, que não fez nem 20% daquilo que se comprometeu com a Nação, e que, salvo engano, me parece que o senhor apoiou também. Então, devagar com o andor. Quando se trata de invasão de terra, quando se trata de busca por moradia digna, nós temos que ter a verdade ao nosso lado, tratar desse tema com responsabilidade e, de forma alguma aqui, fazer apologia ao crime e dizer que vai incentivar ou apoiar que pessoas invadam área alheia e façam lá a perpetuação da pobreza e do assistencialismo, Robaina. Sou favorável ao projeto da Ponta do Arado. Inclusive, estive hoje lá no Extremo-Sul de Porto Alegre, e uma das contrapartidas desse empreendimento será a destinação de uma área para a construção da Estação de Tratamento de Água da Ponta do Arado. Uma Estação de Tratamento de Água, Robaina, que vai dar dignidade para mais de 250 mil famílias que têm falta de água no verão, na Lomba do Pinheiro, na região sul, no Extremo-Sul. Então, haverá uma contrapartida importante à cidade. Eu sou favorável ao projeto, mas devido ao que já foi colocado e para evitar qualquer risco de judicialização pela questão de vício de origem, acompanharei o veto do prefeito, mas na expectativa de que nós tenhamos esse projeto saindo do papel, gerando emprego e renda na nossa cidade e, também, as contrapartidas necessárias, trazendo mais dignidade às pessoas da região leste, Extremo-Sul, no que diz respeito ao abastecimento de água. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Não há mais inscritos para discutir a matéria. Em votação o PLCL nº 016/20, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Prezado Presidente, vereadoras, vereadores; há cerca de uns 25 anos, na campanha anual da CNBB, que sempre traz um tema social relevante, perguntava a CNBB: “Onde moras?” E explicava que, quem não pudesse responder a essa pergunta não estaria gozando de cidadania. Milhões de

brasileiras e brasileiros não podem responder a essa pergunta, não têm onde morar. Se nós considerarmos historicamente, o único programa habitacional eficaz na história do Brasil foi a ocupação. Quando morar é um privilégio, ocupar é um direito. Evidentemente que sim! Quando nós analisamos uma circunstância como essa é para deixar claro qual é a nossa posição. Quando respeitamos posições divergentes, é importante mostrar a nossa, a nossa, a nossa cara. A Câmara aprovou um projeto inconstitucional, nenhum vereador viu problema em aprovar, o ano passado, esse projeto inconstitucional. Nenhum vereador dos que votaram a favor, é claro. Um projeto inconstitucional, tinha vício de origem, foi aprovado. Mas a manutenção do veto agora, no voto que nós encaminhamos favorável a essa manutenção, é importante que fique claro, não é pelo vício de origem, é pelo mérito. O mérito do projeto é muito ruim e muito nefasto. Como desconsiderar as comunidades originárias, indígenas, que há anos, anos e anos estão na Ponta do Arado? Isso foi desconsiderado. Eu levei, junto com a Fernanda Melchionna, comida lá, e nós tínhamos que ir de barco para levar comida para as pessoas, porque a segurança da iniciativa privada trancou a entrada por terra. Eles vinham buscar em Belém Novo, na praça, a alimentação que nós conseguíamos. Por sinal, nos ajudou muito naquele período, e faço esse elogio, a atual chefe de polícia do Estado, delegada Nadine Anflor, que fez um trabalho brilhante, impedindo que aqueles seguranças continuassem, inclusive, a cometer violência física contra os indígenas. Então, que fique claro: o nosso voto, que eu encaminho, não tem nada a ver com vício de origem, tem a ver com o mérito do projeto. Nós sabemos, é bom frisar, que há proprietários, pessoas físicas ou jurídicas, que têm 50, 60, 70 imóveis em Porto Alegre que estão fechados, não são vendidos nem alugados, esperando o aumento dos aluguéis. Isso não é uma realidade apenas de Porto Alegre, é verdade, é de todo o País, mas nós somos vereadores de Porto Alegre. Essa realidade precisa ser enfrentada, as pessoas precisam ter onde morar. Elas não estão morando naquele lugar ruim, ocupado, porque elas querem, é porque elas não têm renda para pagar um aluguel, muito menos para comprar um imóvel. Existem máfias que se aproveitam disso? Claro que sim. Como existem máfias que se aproveitam dos empreendimentos imobiliários. Em todo lugar há gente boa e ruim. Nós queremos trabalhar com as pessoas boas e apoiá-las, elas têm esse direito, elas têm direito de morar, elas têm direito a ter uma vida digna. E de ter água, sim; de ter transporte coletivo, sim; e de ter escola próxima. Por tudo isso lutamos e lutaremos sempre. Agora, esse projeto não é para isso, esse projeto é para criar condições de especulação financeira e, nesse sentido, ele deve ser combatido. A manutenção do veto hoje, o enfrentamento posterior com um projeto similar que venha, tem esta motivação. O Ver. Robaina foi muito bem na sua colocação, com a ênfase natural de quem defende uma causa justa. Então, me parece que nós temos, sim, a obrigação de respeitar as posições divergentes, mostrar claramente a nossa e fazer o confronto democrático, o enfrentamento necessário, ver a correlação de forças. De fato, a correlação não é favorável a quem precisa morar e não tem onde, mas nós lutaremos por eles em todas as condições, com certeza. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 016/20, com Veto Total.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely. Acompanhando a liderança da oposição, Pedro Ruas, nós também, evidentemente, vamos votar a favor do veto, pelas razões apontadas pelo Pedro Ruas, porque, infelizmente, pelo que ficou evidenciado nas falas das lideranças do governo, esse veto é porque tem uma insegurança jurídica. O nosso posicionamento não é em função disso, o nosso posicionamento é porque este projeto é um projeto que defende, sim, a especulação imobiliária. Chama-me atenção que muitos vereadores se dedicam muito a projetos que defendem a especulação imobiliária e não fazem nada para garantir moradia digna para o nosso povo, para regularização fundiária, para ter política habitacional, só se dedicam a denunciar os setores conscientes do nosso povo que usam o método da ocupação para garantir o direito à moradia. Eu não tenho nenhum problema, Ver. Ramiro, em assumir esse posicionamento, é um posicionamento público, eu defendo, sim, o direito à ocupação e não tenho a menor dúvida que, infelizmente, como nós temos governos que em geral defendem a especulação imobiliária e não defendem a moradia popular, nós temos um déficit habitacional de mais de 6 milhões de moradias, nós temos, no nosso centro de Porto Alegre, só na nossa cidade, Ver. Ramiro – o senhor foi parte do governo Marchezan, que não fez política habitacional –, mais de 30 mil imóveis que não são utilizados. Trinta mil imóveis totalmente sem utilização, sem função social, sem função social para o comércio, sem função social para moradia – 30 mil imóveis! Nós poderíamos, inclusive, resolver o problema habitacional do nosso povo se nós tivéssemos governantes que realmente fizessem política pública, que não aceitassem a especulação imobiliária. Eu sei que existe ainda uma série de obstáculos legais para se combater de modo mais eficaz a especulação imobiliária, mas há brechas, e parte dessas brechas são justamente legislações importantes, como a legislação ligada à área de interesse social, que nós utilizamos e vamos seguir utilizando para defender o direito à moradia, para combater especulação imobiliária. E o meu repúdio à intervenção do Ver. Mauro Pinheiro foi porque ele se jogou contra essa legislação, contra uma legislação moderna e necessária para que nós possamos, de fato, avançar na construção de uma política pública que garanta o direito à moradia. Chama-me atenção, Ramiro, porque, pelo que eu sei, tu tiveste, inclusive, fazendo muito política na Zona Norte. Em Porto Alegre, se não tivesse ocupação, boa parte da cidade... Eu gostaria que nós tivéssemos políticas urbanas, que nós tivéssemos planejamento urbano, e que nós tivéssemos investimento para construção de moradia. Como isso não ocorre, não tem nem planejamento e nem investimento, a cidade, uma parte dela, é construída com ocupações, como é o caso da Cohab Rubem Berta. A Cohab Rubem Berta foi construída como? Foi com planejamento urbano? Não, não foi. Infelizmente, a população é obrigada a recorrer a esse método para poder garantir um direito básico, que é a moradia, e nós, do PSOL, defendemos, sim, e queremos que as pessoas se organizem. Cada movimento, quando ocupe, se organize, e se organize para não depender de apoio de político nenhum. Nós,

do PSOL, vamos, sim, apoiar, mas nós chamamos a população a não depender de político nenhum, porque nós sabemos como a política está, infelizmente, dominada por grandes empresários, por especuladores. Nós sabemos que a política não é comandada pelos interesses populares, então nós sempre alertamos a população a não ficar confiando em político, a população confiar somente em si mesma, a se organizar, a construir a sua associação, a decidir de modo coletivo como vai garantir que a ocupação possa, sim, negociar com o poder público para que haja, de fato, melhorias, para que haja política habitacional. Nós defendemos que o povo se auto-organize, não que o povo confie em nós, que o povo fique nos apoiando. Nós confiamos no povo, e na medida em que povo se organiza e que povo luta, o povo vai saber quem está do lado dele e quem está do lado da especulação imobiliária. Nós temos a nossa opinião, é parte da nossa luta, a Câmara de Vereadores é expressão de toda a cidade, então, evidentemente, que ela tem, no seu interior, vereadores que defendem a especulação imobiliária, mas ela tem, também, no seu interior, vereadores que defendem o direito à ocupação, e eu, com muito orgulho, estou entre eles. Muito obrigado e vamos votar a favor do veto.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 016/20, com Veto Total.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL):** Obrigado, Presidente Márcio, demais vereadores. Ver. Pedro Ruas, eu acho que nós podemos divergir e podemos fazer o bom debate, e temos que fazer o debate. O senhor pensa uma coisa, eu penso outra, vamos discutir, esse é o parlamento. Parlar, discutir e procurar o melhor para a cidade, dentro da educação, dentro da boa política, da boa discussão, com ideias daqueles que cada um representam, um setor... A Câmara de Vereadores é um espelho de alguma coisa, de uma região, de uma defesa, eu acho que todos nós temos o direito de expressar nossas opiniões, agora, para alguns vereadores, tipo o Ver. Robaina, parece que faltam argumentos. Eu não citei nem o seu partido e nem o seu nome, eu falei que existe, sim, uma indústria de pessoas criminosas que fazem ocupações, vendem de forma irregular e enganam a população pobre. A população pobre que, muitas vezes, é enganada. Compram um terreninho, uma casinha num lugar ermo, que não tem água, não tem luz, porque prometem que irão regularizar e que vai ter, e essas pessoas, depois, são despejadas e perdem um pouco do dinheiro que tem. Eu sou contra isso, Ver. Pedro Ruas. Agora, tem pessoas que usam isso como massa de manobra, como massa política, e eu sou contra. Eu sou, sim, a favor de melhorar a legislação de Porto Alegre para facilitar os loteamentos regulares para que as pessoas possam morar numa residencial oficial, com todo o planejamento, que tenha água, que tenha luz, que tenha ônibus, que tenha escola, que tenha creche. Eu quero o melhor para as pessoas, não quero jogar as pessoas lá no fim do mundo, num lugar sem água, sem luz, sem ônibus, sem escolas, sem creche. Agora, o Ver. Robaina parece que se sentiu ofendido com a

minha fala, de defender uma política real para as pessoas. Eu não sou contra as AEISs – Áreas Especiais de Interesse Social, eu sou contra a política de utilizar uma lei, uma forma para fazer uma política criminosa, de invadir áreas, vender para as pessoas e depois o poder público tem que estar correndo atrás para regularizar, porque faltam recursos, e, infelizmente, as pessoas ficam morando em locais não apropriados. Mas o Ver. Robaina, parece que foi jogado um chapéu para cima e serviu na cabeça dele. Quem assumiu o crime aqui, foi o senhor, Ver. Robaina. O senhor disse que vai ocupar área, que vai invadir área, que vai continuar com essa política. Eu não quis falar, e não quero falar pessoalmente da sua pessoa, o senhor tem a sua vida e eu não quero entrar, mas se o senhor quiser entrar nessa disputa não ideológica, mas pessoal, podemos entrar, nem problema nenhum, Ver. Robaina. Eu não estava lá na Vila Nazaré, dizendo que ia resistir, ao lado de traficantes, não deixando as pessoas saírem da merda para irem morar num apartamento; ao contrário, eu estava lá querendo levar as pessoas, e as pessoas tinham dificuldades, Ver. Ramiro, de uma política séria, de tirar as pessoas de uma área irregular, onde as condições de vida são muito ruins, para morar em locais muito melhores do que aquele. Eu tive a felicidade de ir, junto com o senhor, Ver. Ramiro, com o Ver. Moisés, com o prefeito Marchezan, com os diretores do DEMHAB, o Emerson, o Mário, ver a felicidade das pessoas que puderam se mudar para um lugar melhor, com água, com luz, com dignidade, e o senhor estava lá “eu vou resistir, não vou deixar as pessoas saírem daqui.” Resististe a que, a não deixar as pessoas morarem num lugar melhor, vereador? É essa a resistência? Eu quero o melhor para a população de Porto Alegre. Eu quero o melhor para a minha cidade, penso muito diferente do senhor, Ver. Robaina, e não preciso ficar lhe atacando, como o senhor fez, utilizando fotos minhas na sua campanha para se promover. Parece que eu não estou tão mal assim, porque usar fotos minhas na tua campanha te ajudou a te promover, não é ver. Robaina? Então, Ver. Robaina, o senhor cuide da sua vida que da minha vida cuido eu. Eu quero é cuidar da cidade, uma cidade melhor para os moradores, para que as pessoas tenham dignidade, possam morar melhor. Eu sou, sim, a favor de unidades populares, mas construídas em locais apropriados, discutir políticas públicas, regularização fundiária. Nisso tudo sou parceiro, Ver. Pedro Ruas, e para o bom debate. Agora, vamos parar com o ataque pessoal; se o senhor quiser continuar, pode continuar, porque se faltam argumentos, o senhor tem que ir para o pessoal, não é, Ver. Robaina? Grande abraço, vereador.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 016/20, com Veto Total.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Ouvindo o discurso do Ver. Mauro Pinheiro, cada vez mais eu tenho que concordar com o Ver. Pedro Ruas, que ele faz as críticas duras, muito duras, mas com muita sensatez. Então, com muito respeito, eu tenho certeza... Eu sou daqueles que não despreza uma oposição, ao contrário, os

bons argumentos eu tento aprender e tento guardar, mas o Ver. Robaina, realmente, não está seguindo o líder da oposição. Não está seguindo. Esses ataques, Ver. Robaina... Quando o senhor disse: “Os empresários que controlam os políticos!”. Eu vou lhe dizer uma coisa: eu não peguei um real do fundo partidário, e não peguei nem um real dos empresários também. Por que isso? Por que eu digo isso? Porque a política mudou e os grandes candidatos beneficiados são aqueles que usaram muito o fundo eleitoral, como V. Exa. por exemplo. Usou muito o fundo eleitoral, dinheiro do povo, dinheiro que poderia fazer muitas casas populares. Dinheiro do fundo eleitoral que poderia comprar muitas vacinas agora. Eu não vi ninguém abrir mão do fundo eleitoral para comprar vacina. E já existia a pandemia no ano passado na eleição. Já existia a pandemia! Eu não vi ninguém abrir mão do fundo eleitoral, ao contrário, a nossa oposição aí na Câmara gastou muito dinheiro do fundo eleitoral. Gastou muito dinheiro! É verdade que é legal, não tem nada de ilegalidade nisso, é possível, mas não dá para se... (Problemas na conexão.) ...Eu sou um pequeno empresário, ninguém me acusa porque sou pequenininho, um empresário que não incomoda ninguém, mas não tenta, Ver. Robaina, demonizar os empresários. Eles já ajudam muito, inclusive, nesta época de pandemia. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 016/20, com Veto Total.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL):** Presidente, demais colegas vereadores, eu quero passar para vocês que ontem à noite eu estava conversando com alguns lojistas do Centro Histórico, donos de mercados, padarias, pequenos comerciantes. Sou morador do centro de Porto Alegre há alguns anos e minha família tem loja no centro. Conversando com as pessoas ali eu noto o desespero dos pequenos comerciantes, diminuiu muito o movimento no centro de Porto Alegre, por onde milhares de pessoas passam todos os dias. Todas as capitais do nosso País valorizam o seu centro histórico, e o nosso, infelizmente, não é um dos melhores. Quem passa, por exemplo, próximo à Secretaria de Segurança, na Voluntários, vê um local que parece aquele filme *The Walking Dead*, de zumbis, as pessoas caminhando, usando drogas, assaltando, pedindo dinheiro, mendigando, se prostituindo... Está muito feio o centro de Porto Alegre e arredores. Nós precisamos de medidas urgentes, de medidas fortes, que possam dar impacto no centro de Porto Alegre, para que nós possamos ter um convívio mais harmonioso, não só para quem mora no centro e para os comerciantes, mas também para quem trabalha nas demais zonas da cidade e passa pelo centro. Então eu peço aqui um olhar com mais atenção dos colegas vereadores – colegas de direita, de ultraesquerda, de centro – do Poder Executivo, que nós possamos juntos dar as mãos, para que possamos resgatar o centro de Porto Alegre e arredores, porque o centro é a menina dos olhos. Todos os bairros são importantes, mas qualquer cidade começa pelo seu Centro Histórico, e o nosso centro precisa melhorar muito. Eu sei que

vai ser apresentado, nos próximos meses, um plano de revitalização do centro, de embelezamento, esse projeto vai chegar aqui na Câmara de Vereadores. Nós lançamos agora a frente dos moradores e comerciantes do Centro Histórico, e eu conversava com muitas pessoas todos os dias, recebendo muitas ideias. É importante falar aqui na TV Câmara, trabalhar nas redes sociais, mas eu quero dar uma dica para alguns vereadores: andem pelas ruas, conversem com as pessoas, não está fácil! Há desemprego, poucas pessoas ingressando nas lojas e estabelecimentos comerciais... A iluminação do centro, as ruas sujas, esburacadas... Eu sei que estamos fazendo melhorias, mas a passos lentos, então quero fazer esse apelo ao Poder Executivo, à Câmara de Vereadores de Porto Alegre, para que nós possamos olhar com mais carinho, ter um olhar de carinho para o centro de Porto Alegre, que é a menina dos olhos, mas está abandonado. Este é o recado: o Centro Histórico de Porto Alegre precisa da nossa ajuda. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Ver. Bobadra, lembramos que estamos em período de encaminhamento relativo ao veto do projeto.

O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 016/20, com Veto Total.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB):** Ver. Mauro Pinheiro, meu colega, eles fazem um discurso que se retroalimenta. Eles vão lá e incentivam a invasão da terra, numa área imprópria, numa área irregular, muitas vezes numa área de risco, colocando as pessoas sob risco de vida, ou o seu patrimônio. Depois o poder público, obviamente, não pode fazer investimentos lá, porque, afinal de contas, foi feita aquela invasão e constituída aquela comunidade de forma irregular. E eles vão lá no período eleitoral – vão mesmo, Ver. Mauro Pinheiro, tem toda razão em colocar isso; basta olhar uma campanha eleitoral para ver quais os políticos que vão a essas áreas irregulares, em que as casas, até os carrões muitas vezes estão tomados por adesivos desses candidatos, porque eles vão lá e dizem “você têm o direito de permanecer aqui, eu vou dar o saneamento para você”. E aí começa tudo de novo, o discurso se retroalimenta de novo: incentivam de novo a invasão, prometem que vão melhorar a situação, incentivam a invasão e a situação continua se retroalimentando. O Ver. Robaina, inclusive, dá a entender que todos os vereadores que discordam dele são especuladores imobiliários, não querem saber de políticas habitacionais, não gostam de regularização fundiária. Bom, Ver. Robaina, esse chapéu em mim não serve, inclusive, na minha emenda impositiva válida para este ano, eu destinei recurso para a regularização fundiária – não sei se tu fizeste o mesmo, espero que tenha feito, para que o discurso se alinhe à prática. Eu destinei recursos das minhas emendas impositivas para a regularização fundiária urbana, porque eu acredito nesse instrumento, para que se possa reverter erros do passado, porque muitas comunidades que já estão há 20, 30, 40 anos no local e até hoje em áreas sem regularização, bom, aquelas pessoas precisam ter ali retomada a sua dignidade. E obviamente não vai desconstruir uma região inteira,

uma comunidade inteira que já está há 20, 30 anos consolidada no local, mas nós temos que combater, sim, aquilo que tu disseste, que é o discurso criminoso, que são novas invasões. Nós vamos lutar sempre contra isso, com muita firmeza, denunciando os políticos que se escondem através desse discurso para transformar essas comunidades em currais eleitorais, essas comunidades em novos territórios de narcotráfico, essas comunidades em fonte de recurso para advogado picaretam essas comunidades para servir ao interesse de grileiros. Isso a gente vai denunciar, as novas invasões, não ocupações. Tu demonstras às vezes algumas coisas... Tu disseste que o Rubem Berta não foi programado, não foi organizado. Claro que foi! Teve toda uma organização, os conjuntos habitacionais foram criados. Quando houve a paralisação da obra, algumas ideias brilhantes de alguns líderes políticos mandaram invadir aqueles prédios, e por muitos e muitos anos as pessoas dali não tinham água em condições normais, saudáveis, não tinham esgoto, muitos prédios estavam inacabados por dentro, tinha que subir com cordas, as pessoas amarradas, não tinha nem escadaria, colocando aquelas pessoas em risco. Isso, sim, é colocar as pessoas risco, isso é não querer que as pessoas tenham dignidade, porque o certo deveria ter sido feito, a cobrança pela retomada do empreendimento, que era do governo Simon, se não me engano, de 1986, quando houve aquela paralisação e a inconsequente invasão. Aliás, o Ver. Mauro Pinheiro falou aqui das campanhas; eu tenho certeza que esse discurso que eles fazem, Mauro Pinheiro, seria muito melhor empregado se dessem o dinheiro do fundão eleitoral, que boa parte deles utiliza, que é dinheiro público, certamente esse dinheiro contemplaria muito mais famílias se fizessem dessa forma, e não com esse discurso vazio

E só para repor a verdade, com relação aos dados da habitação do governo passado, quero rapidamente falar primeiro que as despesas do DEMAHB caíram 52%, aquelas despesas que muitas vezes eram utilizadas para outros fins no departamento de habitação, que reduziu de mais de 400 mil para 200 mil. As moradias entregues, comparando com o exercício anterior, de 2013 a 2016, houve um aumento de 330%, um aumento de 3.072 unidades, passou de 940 moradias para 4.012 moradias de 2017 a 2020. Com relação à regularização fundiária, houve um aumento de 21%; de 2013 a 2016 foram 1.532 matrículas, de 2017 a 2020 foram 1.854 matrículas. Com relação ao reassentamento de áreas, houve um aumento de 108% na gestão do prefeito Marchezan; de 2013 a 2016, 1.044 famílias em empreendimentos de bônus-moradia; de 2017 a 2020 foram 1.811 famílias em empreendimentos e 360 atendidas pelo bônus-moradia. Com relação ao trabalho técnico social, que busca também colocar essas pessoas dentro de programas habitacionais que possam garantir a sua dignidade, também houve um aumento de investimento de R\$ 6,442 milhões; de 2013 a 2016 contemplou 240 famílias, um investimento de R\$ 500 mil, e de 2017 a 2020, 4.612 famílias, com investimento de quase R\$ 7 milhões. Então repondo a verdade aqui com relação a alguns dados que dizem respeito, poderia falar de outros, como das cooperativas ativas, que aumentou de 33%; poderia falar na quantidade de redução recursos mal-empregados no aluguel social, entre outros; mas teremos oportunidade desse debate sempre trazendo os dados e a verdade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 016/20, com Veto Total.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Obrigado, Presidente Márcio. Venho a esta tribuna encaminhar pelo partido dos trabalhadores e das trabalhadoras. Eu fico pensando que muitas vezes alguns vereadores votam a legalidade para subvertê-la a favor, muitas vezes, da especulação imobiliária, e votam a questão do desenvolvimento para paralisar a cidade, não é para desenvolver de forma sustentável, paralisar e especular. E eu fico pensando que vereador não deve ser agente de negócios, deve ser legislador, esse é o regramento que a gente tem que seguir; a Câmara de Vereadores não pode ser balcão de negócios. E quero retomar, restabelecer também aqui a verdade, porque falaram em 4 mil habitações entregues pelo vereador pelo governo Marchezan. Não, não, não. Entregaram cerca de 1,3 mil do Minha Casa Minha Vida, da Dilma. Ah, a Presidenta Dilma... Se não fosse a nossa Dilma, Porto Alegre não teria habitações de interesse social no período do governo Marchezan. É fato que entregou, porque teve que fazer, pressionado pelas obras do aeroporto; entregou, claro; para os Irmãos Maristas, Mário Quintana, naquela região Nordeste da cidade. Só para corrigir a sua fala, Ver. Robaina, que o governo Marchezan não entregou nada com recurso próprio, ele entregou quatro moradias apenas, provisórias – provisórias –, para não dizer que não fez. Fez uma por ano, essa é a verdade que deve ser restabelecida. O governo Marchezan não tinha compromisso em acabar o déficit ou reduzir o déficit de habitações em Porto Alegre. Um governo que atacou o direito, inclusive, constitucional de que as propriedades que não são utilizadas, seu interesse social não é construído, devem, sim, ser ocupadas, devem, sim, garantir moradia digna para as pessoas. Eu fico pensando que, muitas vezes, nós temos uma alcateia faminta fora da Câmara que está interessada em lucrar na cidade, que parece que só se interessa por projetos de lei que possam vender aqui, vender lá, privatizar, sucatear, para depois absorver para a iniciativa privada. Foi o que fizeram com a CEEE, destruíram a CEEE para depois entregar. Porto Alegre tem centenas de milhares de imóveis e propriedades que poderiam sanar esse déficit de habitações de interesse social, mas isso cabe ao interesse do governo. Lembro que no governo Marchezan também não teve muita entrega de regularização fundiária, teve perto de uma centena no último ano do governo que, misteriosamente, também é o ano eleitoral. Não entendo muito isso, talvez uma coincidência!

E quero dizer mais: quero dizer que nós, o partido das trabalhadoras e dos trabalhadores, vamos votar para a manutenção do veto por uma questão política, que a gente não acredita que a especulação imobiliária simplesmente traga desenvolvimento, ela traz enriquecimento de algumas empresas. Nós queremos a discussão sobre a Ponta do Arado com a sociedade, com o Orçamento Participativo, com o povo de lá podendo decidir os rumos da sua comunidade e não dois, três empresários de fora de Porto Alegre que vem aqui tentar lucrar com a vida da nossa cidade. Isso nós não aceitaremos. Então, neste momento, em defesa da sustentabilidade, do patrimônio histórico, cultural que envolve aquela região e também ambiental, nós vamos votar pela manutenção do

veto, e aqui nesta fala, restabelecendo a verdade, dizer que o governo Marchezan não fez habitações de interesse social, fez quatro provisórias. Este fantasma do governo Marchezan tem que ter fim, tem que cessar, tem que parar de trazerem para cá informações que não são completas. Por isso, manutenção do veto e respeito ao povo de Porto Alegre que precisa de uma política robusta de habitação de interesse social e regularização fundiária. Desejo, inclusive, que o secretário de Habitação faça um bom trabalho lá, coisa que o governo Marchezan não fez. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação nominal o PLCL nº 016/20, com Veto Total. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** o projeto por 34 votos **NÃO**. Mantido o Veto Total.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Declaro rejeitado o PLCL nº 016/20 e mantido o Veto Total.

**Vereadora Fernanda Barth (PRTB):** Votei “não” aguardando o reencaminhamento do projeto pelo Executivo.

**Vereador Matheus Gomes (PSOL):** Votei “não” pela preservação da Ponta do Arado, patrimônio ambiental, histórico e cultural insubstituível na cidade Porto Alegre em solidariedade à comunidade indígena Guarani Mbya.

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0230/20 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 088/20**, de autoria do Ver. Paulinho Motorista, que permite a utilização do cartão do Sistema de Transporte Integrado - TRI - na modalidade Vale-transporte, para o pagamento de transporte seletivo por lotação. **(SEI 045.00007/2020-49)**

**Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela manutenção do Veto Total.

**Observações:**

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;  
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

**Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:**

**SIM** – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

**NÃO** – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 06-04-21 (terça-feira).

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em discussão o PLL nº 088/20, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Caro Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; vereadores e vereadoras. O ex-vereador Paulinho Motorista, que foi vereador na legislatura passada, do meu partido, PSB, atuou, durante os anos em que esteve na Câmara, sempre buscando tratar de assuntos mais relacionados com o transporte público, até pela sua história, sua trajetória e sua experiência. Eu não consegui ler os argumentos do veto do prefeito Melo, mas eu quero aqui fazer uma homenagem ao ex-vereador Paulinho Motorista pela sua história, sua trajetória na Câmara, pelas pautas que sempre defendeu, ele nos apresentou um projeto bastante simples: viabilizar que o cartão Tri pudesse também ser usado no transporte coletivo por lotação. Portanto, repito, sem ter os argumentos do veto, eu vou manter o projeto do Ver. Paulinho, e vamos ouvir, principalmente o Ver. Felipe Camozzato, que me parece foi o relator da matéria, para ele nos esclarecer um pouco mais sobre as razões desse veto. A princípio, vamos votar pela derrubada do veto, um abraço a vocês.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLL nº 088/20, com Veto Total.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Muito obrigado, Presidente. Colegas vereadoras, colegas vereadores, a nossa Câmara tem uma tradição histórica em alguns projetos que se tornaram importantíssimos na questão do transporte coletivo. Eu cito, como exemplo, no final dos anos 70, em 1978, se não me engano, um projeto do então Ver. Sadi Schertz, que autorizou e criou a então chamada kombi lotação, depois chamaram-se lotações. Depois veio o projeto do Ver. Valdomiro Vaz Franco, no início dos anos 80, criando a isenção para o idoso; e um projeto meu, de minha autoria, foi copiado em muitas cidades, a Lei do Troco, bem como muitos outros projetos. Esse projeto do Ver. Paulinho Motorista tem todo o mérito. Explico: a questão do Tri, que é um avanço tecnológico importante, ele não só beneficiava o usuário, como também no caso dos lotações, os proprietários dos lotações. Esses lotações, aliás, que enfrentam problemas terríveis, até a partir da inovação do Uber, poderiam ter muito mais passageiros, se o Tri pudesse ser utilizado ali. A questão burocrática, a questão da dificuldade de dinheiro, a questão de como é carregado o Tri facilita para o trabalhador, para a trabalhadora, para o desempregado, para quem está trabalhando, enfim, facilita a

utilização de outros meios de transporte que não apenas o tradicional ônibus das cidades, capitais, do nosso Estado e do nosso País. Um projeto inteligente, criava uma oportunidade, por isso foi aprovado, certamente, aqui na Câmara, por ampla maioria, uma oportunidade que não existia antes; então, o veto ao projeto não se justifica, do meu ponto de vista deve ser derrubado – aqui o Ver. Ferronato tem razão em fazer uma homenagem ao Ver. Paulinho Motorista, um vereador popular, com um grande e belo trabalho – pelo mérito, especificamente pelo mérito do projeto que realmente é muito bom – repito e concludo – tanto para o usuário, pois facilitaria a vida de quem usa o Tri poder usar também no transporte por lotação, quanto para os donos de lotações, que atualmente estão em uma situação muito ruim. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLL nº 088/20, com Veto Total.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Muito obrigado, Presidente. Ouvi atentamente as falas dos vereadores Ferronato e Pedro Ruas, até na condição da manifestação feita pelo Ver. Ferronato, e eu pedi a fala porque acho que este é um projeto muito interessante. Na época em que discutimos aqui na Câmara, eu lembro que todos vereadores fizeram seu embate, colocaram suas posições, mas em nenhum momento lembro de ter ouvido alguma manifestação desmerecendo o mérito do projeto ou dizendo que isso não seria interessante para a cidade de Porto Alegre. Aliás, entendo que sim, que o projeto tem um mérito muito interessante. Acho que o governo municipal podia olhar com carinho para a intenção posta pelo Ver. Paulinho Motorista, quando da concepção deste projeto, acho que é uma demanda que teria, sim, interesse público e ajudaria, não apenas os lotações, como nós, cidadãos. E, na condição de relatar o projeto na questão do veto dado, pareceu-nos muito clara a questão da violação da legislação federal que estabelece que o vale-transporte não pode ser usado num transporte seletivo de passageiros. Eu entendo que esse é um tema, embora tenha esse viés técnico da legislação federal, que possa ser aprofundado, talvez até questionado em outros âmbitos, para que possamos ter um entendimento diferente disso, ou mesmo propor soluções alternativas que não incorram nesse problema de constitucionalidade, para que a gente possa ter uma solução interessante para a população. Acho que não apenas o transporte seletivo, nossos lotações são uma boa alternativa de modal para a nossa cidade, como também eles têm ficado à margem das discussões sobre o sistema de transporte da cidade de Porto Alegre, muitas vezes deixados em segundo plano nos debates e nas medidas de solução, encaminhamentos feitos, para que a gente possa ter justamente um transporte feito com os devidos cuidados, com a devida sustentabilidade, nos diversos formatos. Acho quanto mais oferta de transporte tivermos na cidade, ganha o cidadão. E entendo que, apesar do mérito, da iniciativa ser muito interessante, acho algo louvável que o Ver. Paulinho, na ocasião, tenha apresentado, acabamos encontrando justamente essa justificativa, vendo

que procedia; por isso, então, o veto dado, bem como a condição de manutenção do mesmo. Acho que é um debate interessante de se fazer, ouvir todas as partes. É um tema que interessa à cidade de Porto Alegre, bem como a outros municípios do Brasil; portanto, não é uma discussão que deveria caber apenas a Porto Alegre, mas, sim, aos nossos diversos prefeitos, governadores, enfim, podendo, eventualmente, transcender e mudarem-se legislações federais a respeito do assunto para permitir alternativas ou mesmo, como falei no início, pensar em soluções alternativas que permitissem a exploração desses modais, que tivesse facilidade de acesso sem ter esse óbice, da forma como foi colocado na ocasião. Então, agradeço as manifestações; obviamente respeito as divergências, mas, dessa forma neste momento é como a gente entende, como a enxergou a questão. Um abraço e cumprimento a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLL nº 088/20, com Veto Total.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Queria saudar a iniciativa do Ver. Paulinho Motorista e trazer o ponto de vista de que, embora exista compreensão do Ver. Camozzato sobre a suposta inconstitucionalidade do Tri ser utilizado em modais diferentes, eu acredito que tenhamos formas, inclusive administrativas, de sanar talvez essa inconstitucionalidade aparente dessa norma prevista no projeto de lei do Ver. Paulinho Motorista, que é muito saudável, muito importante neste momento em que nós vemos o transporte público passando por modificações, e o que já foi muito debatido nesta Casa provavelmente será debatido muitas vezes ainda, que é o transporte público, transporte coletivo de passageiros. Acredito que, com essa integração entre ônibus e lotações possamos ter uma saída para essa crise, uma forma também de melhora no transporte da população, dos trabalhadores e trabalhadoras de Porto Alegre, que precisarão, cada vez mais, de um transporte público de qualidade, com valor razoável para conseguirem acessar as suas obrigações, seus serviços, seu ambiente de estudo. Nós sabemos que houve uma redução de horários nos ônibus, uma redução de estrutura, inclusive, com ônibus de péssima qualidade; agora nós estamos enxergando um ataque à empresa Carris, que já foi a melhor empresa pública, na verdade, foi a melhor empresa de transporte público do País, e era uma empresa pública. E hoje nós vemos uma série de agressões contra essa empresa e possível privatização, inclusive já dada como certa pela Prefeitura, e essa iniciativa do Ver. Paulinho Motorista poderia, sim, reforçar o caixa dessas empresas que estão com dificuldades aparentes, que ninguém consegue abrir – ninguém abre essa caixa-preta, mas, enfim, essas iniciativas devem ser louvadas e apoiadas, porque trazem um benefício, um bem-estar para a maioria, senão para toda a população da nossa capital. Então, parabéns ao Ver. Paulinho Motorista pela iniciativa, esperamos que essa lei seja aprovada. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLL nº 088/20, com Veto Total.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Boa tarde, Presidente, colegas, o projeto de lei do Ver. Paulinho Motorista no mérito é ótimo, mas ele é inconstitucional e ilegal, porque afronta a lei nacional que institui a utilização do vale-transporte. Eu solicitei aqui um estudo jurídico, e me chegou exatamente essa questão. E, quanto a isso eu não me sinto em condições... Se antes aprovei, depois fiz um estudo jurídico, agora vejo que o Prefeito pede justamente o veto pela inconstitucionalidade e pela ilegalidade do projeto, por essas questões que, justamente, ferem, afrontam a lei nacional. Era isso, obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para discutir o PLL nº 088/20, com Veto Total.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde a todos e todas, me inscrevi para contribuir também com essa discussão em relação ao projeto do Paulinho. Na época do debate sobre este projeto, da votação, um dos argumentos que fez com que eu votasse a favor deste projeto foi a possibilidade de fundir os sistemas de bilhetagem e finalmente, o público, no caso a EPTC, junto com a Secretaria de Municipal de Mobilidade Urbana, ter acesso à bilhetagem antecipada, às contas do transporte coletivo da cidade. Este foi um projeto que foi aprovado, se não me engano, em dezembro; desde então, ainda não tivemos acesso às contas do transporte coletivo, e diversas iniciativas já estão sendo veiculadas na grande mídia em relação à retirada de isenções, em relação à retirada de cobradores, à possibilidade de privatização da Carris, e ainda hoje não tivemos acesso à auditoria fiscal que foi contratada pelo Município de Porto Alegre, justamente para a gente ter uma noção, uma dimensão das contas do transporte coletivo. No dia 16 de março, tivemos reunião da CUTHAB; neste ano, convocamos o diretor da EPTC, o secretário Záchia, e uma das solicitações da CUTHAB era ter acesso a essa auditoria fiscal. Tivemos reunião, após a da CUTHAB, junto com o Cejusc, da mediação que está se construindo junto com os empresários de ônibus da cidade, junto com a PGM, em relação às alternativas emergenciais do transporte coletivo. Novamente, não tivemos uma resposta em relação a essa auditoria. Foi contratada novamente uma auditoria para a gente ter acesso a algo que já deveria ser público. Então estamos gastando três vezes mais para ter acesso à informação que deveria ser de todos nós, porto-alegrenses, principalmente dos vereadores, principalmente dos vereadores que estão dentro da Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação da Câmara de Vereadores.

Eu me lembro que a discussão que eu fiz, na época da votação do projeto do Paulinho, dizia que era uma questão de mérito, porque, sim, facilita a vida do trabalhador, facilita a vida do usuário do transporte coletivo, mas principalmente para

tentar constranger, para que, a partir disso, a gente tivesse essa discussão da necessidade de unificação do sistema de bilhetagem eletrônica. Infelizmente, novamente, isso não vai acontecer; infelizmente, a gente está em abril de 2021 e essa discussão começou lá em 2015, com o edital de licitação, e ainda não foi vencida; e infelizmente, também, o governo Melo está passando o pano para as empresas de transporte público da cidade, quando começa a fazer negociações em relação a esses contratos sem a gente ter um diagnóstico real e profundo sobre quais são os problemas do colapso do nosso transporte coletivo.

Então, eu precisava vir aqui fazer essa fala, porque a memória dessa luta do transporte começou lá atrás, em 2013, a luta contra o aumento da passagem não é só por R\$ 0,20, desde então, nós ainda estamos reféns de uma máfia que não presta contas, que não trabalha na lógica da transparência e do acesso à informação. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir o PLL nº 088/20, com Veto Total.

**VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP):** Boa tarde, colegas vereadores. Eu vou ter que votar contra o governo e vou explicar o porquê. Eu tenho um PL que está tramitando, e o protocolei a pedido de um grupo de taxistas que eu recebi, pedindo também para que no táxi fosse usado o cartão Tri. Então, está tramitando, provavelmente o governo vai vetar, mas seria uma incoerência, de minha parte, eu votar para a derrubada do veto e tendo um projeto meu no mesmo sentido do que a categoria está gemendo, como várias categorias que estão gemendo, e seria uma possibilidade de entrar mais recursos para eles. A gente sabe que tem muitas pessoas que não usam o Tri para o ônibus, enfim, teria uma oportunidade de usar no táxi também, a exemplo de São Paulo, que lá se usa um bilhete só, a pessoa usa em qualquer modal. Eu acho que é uma questão de querer unificar, de usar o bilhete e o usar o Tri em qualquer modal, é uma questão de querer. Então eu vou votar pela derrubada do veto, porque está tramitando o meu projeto; provavelmente, se passar, vai ser vetado, mas, enfim, por uma questão de coerência, encaminho aqui para a derrubada do veto. Era isso.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLL nº 088/20, com Veto Total, por cedência do Ver. Roberto Robaina.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Obrigado, Presidente. Vereadoras e vereadores, essa argumentação do Ver. José Freitas é muito relevante, eu não tinha esta informação: São Paulo resolveu facilmente com a bilhetagem única. De fato, os proprietários de táxi, os motoristas de táxi, de lotações têm o maior interesse nisso, eles

levaram um tiro de canhão com o Uber – e eu não estou falando mal do Uber, é uma realidade dos tempos modernos –, mas as pessoas têm que sobreviver. E muitas pessoas preferem usar o lotação, que fica mais barato, dependendo do trajeto; preferem usar o táxi, gostam, estão acostumados. Nós temos maneiras exatamente de proporcionar isso. Nós temos que criar, como disse o Ver. Leonel Radde, de forma administrativa, a forma de que esse tipo de vale-transporte, ou o Tri, possa ser utilizado, sim, em outros modais. Não podemos ficar acomodados numa situação de que tem uma lei federal assim ou assado. São Paulo não se acomodou, está aí a prova. Esse pedido que os taxistas fizeram ao Ver. José Freitas, fazem recorrentemente, eles precisam disso. E mais, é melhor para as pessoas que usem um documento, um cartão do que dinheiro, ainda mais nos tempos de agora, é mais seguro para as pessoas. Obrigar as pessoas a utilizarem dinheiro para pagar a passagem nos lotações, nos táxis, enfim, é algo violento contra a população.

Então, o projeto do Ver. Paulinho Motorista vem nessa linha, nessa esteira, e eu vou com ele, porque ele buscou uma solução inteligente, correta, adequado e cabe à Administração Municipal criar a maneira de superar, talvez, mudando o conceito de que seria transporte seletivo, que é proibido. Enfim, nós temos que procurar melhorar as condições de vida das pessoas de Porto Alegre, que precisam de um transporte público de qualidade e não têm, mas elas têm outras alternativas – esse é o grande mérito do projeto do Ver. Paulinho. Ele cria alternativas e cabe a nós que o sucedemos aqui, fui colega dele também, vereador, uma pessoa admirável, mas cabe a nós criarmos esse mecanismo de viabilizar a sua ideia que, na minha opinião, é brilhante. Encaminho favoravelmente ao projeto, ou seja, pela derrubada do veto.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 088/20, com Veto Total.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Eu queria saudar a iniciativa do querido ex-vereador, Paulinho Motorista, porque eu acho que os trabalhadores têm o direito de decidir qual transporte vão utilizar. Eu acho que essa coisa de propriedade – o cartão Tri ser somente para o ônibus – é ruim, temos que pensar em outras modais. Agora, o trabalhador tem o Tri para andar pela cidade, ele não pode desembolsar dinheiro para pegar um lotação, por exemplo, ou um outro transporte, um Uber que seja, porque o seu dinheiro do salário está contado para pagar o supermercado, pagar a conta de luz, a conta de água, o gás, que está custando R\$ 100,00 – isso é um absurdo, eu nunca pensei que fossemos chegar nesse patamar. Então, a ideia do Paulinho é ótima, porque ela traz para nós, trabalhadores e trabalhadoras, a possibilidade de escolher, vai transportar, mas aí escolhe, principalmente na pandemia, que, na justificativa do projeto de lei do vereador – que eu fiz questão de lê-la, assim como eu faço com todos para conhecer o conteúdo e a argumentação –, ele coloca que esta Casa precisa olhar para este momento difícil, momento em que estão os ônibus lotados. Os empresários de ônibus não largam o osso, mantém essas poucas linhas; se não fosse a Carris salvando aí, pegou essas

linhas que os empresários não queriam, a Carris pegou. Então, um pouco desse dinheiro que Carris está recebendo tem a ver com as linhas que os empresários abandonaram, porque eram linhas que não davam lucro. Claro, temos que fazer uma discussão pesada na cidade sobre transporte. Agora, essa ideia do Paulinho tem que ser aprovada. Então, vou para derrubar esse veto do governo, enfim, e ir com o Paulinho, porque o Paulinho entende bastante sobre transporte, não só por ser usuário, mas também por ser um trabalhador do setor tão sofrido.

Como eu disse, eu faço aqui um apelo: esses trabalhadores rodoviários têm que ser vacinados; só lá Trevo, eu tenho muitos amigos lá, mais de cinco morreram de Covid, motoristas e cobradores, isso é terrível, sem falar nas outras empresas, peguem por aí e façam uma média. Tem que vacinar esses trabalhadores, que são essenciais.

E sobre a questão do cartão Tri, é preciso ser revisto, imediatamente, a forma de uso desse cartão. Esses tubarões do transporte estão aí sentados em cima do dinheiro, acumularam ao longo de décadas, no transporte que ficou precário. Um dos grandes erros do governo Marchezan foi ter tirado a segunda passagem, talvez, por isso não tenha ido também para o segundo turno, porque ele tirou um direito da população. Os direitos não podem ser arrancados, tem que ser alargados, e a nossa cidade, todo mundo sabe, não é uma cidade pobre, é uma cidade que arrecada muito, mas, nos últimos anos, teve péssima gestão – péssima gestão! Se a Carris, na década de 1990, era premiada, por que agora não é premiada? Expliquem-me! Expliquem-me os paladinos que andam por aí falando mal da empresa público.

Quero reiterar: o projeto do Paulinho é um projeto que é para o povo mais sofrido, que, às vezes, não pode esperar um ônibus lotado, não só pelo medo, mas pela opção de pegar um lotação e não ter dinheiro, tem o cartão Tri. Então, o cartão Tri tem que ser democratizado o seu uso, não pode ser restrito a um grupelho de pessoas que estão aí pedindo para ampliar o tempo das frotas! O Marchezan aprovou a ampliação de vida útil da frota, os carros que estão circulando pela cidade. Então nós vamos condenar o trabalhador a ficar andando só nos carros? Não, deixa eles escolherem! Concordo, inclusive, que o cartão Tri tem que ser debatido para ser usado nesses outros transportes alternativos que surgiram, tomaram conta e precisam de regramento – precisam de um regramento, claro, mas as pessoas querem transporte de qualidade. Se nós, vereadores, nos frutarmos ao debate sobre a qualidade do transporte e ficarmos só nessa de querer reduzir isenções, querer atacar estudante, como vejo a tentativa de alguns, querendo atacar os nossos pobres idosos, que o Marchezan tirou o passe que tinham dos 60 aos 65 anos. Um absurdo! Então, precisamos alargar para o povo o direito a se transportar, esse direito de ir e vir que está sendo negado a muitos nesta cidade, direito constitucional de ir e vir. Como a pessoa vai sair da Restinga para fazer uma consulta na Santa Casa, no Centro, se não tem dinheiro para pagar o transporte caríssimo? Para terminar a minha fala, para começar a melhorar os descontos, é alargar o uso do cartão Tri. Parabéns, Paulinho Motorista; parabéns, Aírto Ferronato; contem conosco, contem com este vereador e este voto.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLL nº 088/20, com Veto Total.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Sr. Presidente, quero saudá-lo novamente. Quero usar a palavra para resgatar um vereador simples, lutador, representante de uma categoria que, acredito, não tenha num momento importante acompanhado em todos os sentidos, mas ele deixou um legado. Não consigo entender, acho que futuramente ele será, Pedro Ruas, resgatado, no sentido de que a ideia é belíssima, uma ideia simples, mas tem que haver no futuro essa coordenação da linha de ônibus com outros transportes, um cartão único, um Tri faz parte, um dos mais importantes. Então, o objetivo é resgatar o Paulinho, que foi um grande vereador, simples, objetivo. Lembro bem, foi um prêmio que demos para ele, pelo trabalho dele, infelizmente, não se reelegeu, e a gente perdeu o contato, mas como tu dissestes, Pedro Ruas, nosso grandioso Sadi Schwerdt, foi o grande elaborador das *vans*, que depois se tornaram lotações. Faço questão sempre de dizer, o Sadi trabalhou comigo na televisão num dos maiores programas de esporte da Pampa, ali conheci o Sadi. O Sadi era um homem de opinião, um homem firme, foi o primeiro gaúcho a ser convocado para a seleção brasileira, depois que a dupla Gre-Nal entrou nesse circuito do grande futebol brasileiro como Rio e São Paulo, então devemos homenageá-lo. E o Paulinho agora, independente de nós aceitarmos o veto ou não, fez a sua parte e fez muito bem-feita. O Ferronato tem razão, o Paulinho é um homem simples que, infelizmente, não teve coligação; a gente sabia que ia acontecer com alguns, como aconteceu, que os partidos não iam conseguir eleger vereadores, elegeram alguns, mas isso é bom para a democracia, e alguns foram penalizados, porque o partido não teve musculatura para atingir vários vereadores na hora da votação. Quero dizer que estou com uma pulga atrás da orelha, não sei se voto de um lado ou de outro, em relação a esse resgate que nós devemos fazer, se não for agora, em outra oportunidade, para o Paulinho. É isso que queria salientar, resgatar a figura do Paulinho, um grande vereador. Um abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania):** Boa tarde a todos, estava acompanhando; se tivesse me atentado nas inscrições, teria me inscrito para discussão também, não somente para encaminhamento. Estava vendo que o projeto trata de dar mais liberdade ao cidadão que faz jus ao vale-transporte, para utilizar esse sistema de pagamento para além do ônibus. Na minha opinião, isso não se trata de uma vale-transporte, não é uma questão fechada dentro do contexto da economia voltada ao transporte público; na minha opinião, essa discussão trata de liberdade, liberdade para que a pessoa possa escolher qual o melhor método que ela pode utilizar para atingir a

finalidade de se transportar nos diferentes momentos do dia. Ninguém aqui é contra o ônibus ter sustentabilidade econômica, mas o nome do vale é vale-transporte, não é vale-ônibus, e o que a Associação de Transportadores de Porto Alegre tenta fazer parecer é que esse vale é vale-ônibus. Não, o nome do vale é vale-transporte; sendo vale-transporte, entendo que ele deva ser utilizado pelos diferentes modais, permitindo que o usuário possa decidir se ele prefere utilizar um transporte mais barato, no caso o ônibus, ou se, num momento de emergência para ele, é mais útil utilizar um táxi, utilizar um lotação ou, futuramente, se for possível através de um adendo a essa lei, utilizar transporte por aplicativo também. Entendo que esse é um governo liberal, ele entende as necessidades de dar o poder ao cidadão escolher qual é o método que ele pretende usar para atingir o fim com o dinheiro que é seu, porque, no instante em que a empresa forneceu para ele o cartão, ele vai utilizar esse cartão da melhor maneira possível, para conseguir atingir o fim, que é se transportar. Então, o governo deve ou deveria apoiar medidas como esta, porque vai trazer maior liberdade para que o cidadão consiga atingir o fim de se transportar, porque entendo que o cidadão tem mais capacidade de decidir qual é a melhor maneira de se transportar a cada momento do dia do que o Estado impondo a ele a necessidade de usar da frota concessionada de ônibus na cidade. Esse é o meu entendimento. Se ele tem algum vício jurídico, acho que pode ser sanado futuramente; certamente, se for aprovado – espero que seja aprovado –, sei que foi vetado – que se derrube o veto –, que vá parar a discussão nos tribunais. Isso faz parte do processo também, embora não entenda que tenha vício jurídico, mas já que foi apontado. Apesar disso, voto pela minha convicção, entendo que as pessoas têm que poder decidir qual é a melhor maneira de poder escolher se transportar, inclusive, acredito que deveriam poder fazer isso com diferentes modais que ainda não foram aprovados na cidade de Porto Alegre, como é o caso do transporte por *van*... (Problemas na conexão.) ...não regulamentadas, e também transporte por mototáxi, mas isso é uma discussão para outro momento. Encaminho aqui a minha votação, vou votar para que este projeto, que foi apresentado pelo Paulinho Motorista, possa ser implantado na cidade porque entendo que é benéfico para o usuário e, como defensor de um Estado liberal, que entende como utilizar o seu dinheiro é o próprio usuário e não o Estado. Entendo que vai ter uma pressão ainda maior sobre as empresas de ônibus que se utilizam desses recursos para manter o funcionamento da sua estrutura, mas entre escolher a... (Problemas na conexão.) ...econômica e o modelo de ônibus, que considero ultrapassado, e a liberdade do usuário para decidir por onde utilizar o seu dinheiro, eu prefiro ficar ao lado do usuário. Então, só para encaminhar a posição da minha votação com relação a este projeto, respeitando a opinião... (Problemas na conexão.)

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o PLL n° 088/20, com Veto Total. (Pausa.) O Ver Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLL n° 088/20, com Veto Total.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Já estou satisfeito com o que ouvi, só vou registrar que vou manter o voto contrário ao veto, pela manutenção do projeto, numa homenagem ao amigo e grande vereador Paulinho Motorista. O próprio Pedro Ruas falou sobre isso, pelo mérito que o projeto apresenta. Portanto, o meu voto será favorável ao projeto. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação o PLL nº 088/20, com Veto Total.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL):** Boa tarde, Sr. Presidente Márcio Bins Ely e demais colegas. Entendo, preliminarmente, que o projeto é um bom projeto no mérito, porque nós precisamos, sim, buscar um sistema mais moderno de mobilidade urbana para a nossa cidade. Conversando com o prefeito, há alguns dias, chegou-se à conclusão que nós temos horário de pico, e poderíamos inclusive fazer valores menores da passagem naqueles horários de menor movimento. Nós sabemos que o preço do combustível está lá em cima, e nós temos ônibus com capacidade de 60, 70 pessoas, e a lotação para passagem menor, o lotação não precisa de cobrador, o ônibus sim. Então, acho que o projeto, no mérito, é um projeto muito bacana, mas é de se pensar. Pena que temos esse vício de inconstitucionalidade, mas temos que buscar mecanismos de gestão mais modernos na questão da mobilidade urbana da nossa cidade. Também e não só em virtude da pandemia, mas agora vai ser uma tendência, vai se consagrar na nossa cidade que as pessoas vão se deslocar menos porque, claro, ninguém gostaria que nós estivéssemos nessa pandemia, nessa situação tão triste, mas a sociedade está se preparando, está se mobilizando com essa dificuldade, e cada vez mais está se implementando o teletrabalho, o ensino à distância. Então as pessoas vão se locomover menos. Não sei se ainda há necessidade de termos ônibus com a capacidade tão grande de pessoas. O projeto é bom, vou votar a favor da manutenção do veto pela questão da inconstitucionalidade, mas o projeto simplesmente é muito bom, deve ser pensado algo assim no futuro, a partir daí pelo Poder Executivo, sem vício de inconstitucionalidade.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 088/20, com Veto Total.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Eu quero dizer que eu também sou muito amigo do Paulinho Motorista, ele é uma figura simpática, querida, um bom vereador, mas não se faz homenagem votando projetos inexecutáveis. Nós teremos oportunidade de homenagear o Paulinho Motorista, e eu estou na primeira fila para fazer isso. Não se homenageia alguém com um projeto que é inviável, e digo por

quê. Se o cidadão entregar o vale-transporte para o motorista de táxi, onde ele vai cobrar? Quem vai dar o dinheiro para ele? É lá na ATP? E se ele resolver pegar um outro transporte, quem é que vai cobrar?... (Problemas na conexão.) ...para trabalhar com o sistema de ônibus. Nós estamos lutando há muitos anos para juntar o sistema da Região Metropolitana com os ônibus de Porto Alegre e não estamos conseguindo, imaginem os táxis! Imaginem se o passageiro do Uber quiser entregar um vale para o motorista do Uber? Não tem como, tem que pagar com o cartão. É inexecutável, não é só inconstitucional, não tem como fazer. É um projeto simpático, mas, repito, não tem como. Como é que você vai dar um vale-transporte do ônibus? O Pedro Ruas cobra sempre a transparência. Por que a Prefeitura não tem esse controle? A Prefeitura não tem nem esse controle do dia a dia da ATP que, provavelmente, nós vamos ter que recuperar isso. Imaginem como é que vai controlar aqueles que querem dar um vale-transporte para o ônibus e os que querem dar para o lotação, e o lotação e os ônibus são primos e não são integrados. Então esse projeto não é só inconstitucional, ele é impraticável. Tem várias maneiras de se ajudar a população, mas essa maneira é para confundir a população. Não tem como fazer, não existe maneira. O cara que presta o serviço vai cobrar aonde? Ele vai ficar com o vale na mão? Vai ter uma maquininha para passar o cartão? O táxi vai ter uma maquininha? O lotação vai ter uma maquininha? O outro transporte, o motobói vai ter uma maquininha para cobrar? E vai chegar o dinheiro lá na conta dele? Como fazer isso? Isso seria o ideal dos mundos, mas infelizmente nós ainda estamos lutando para abaixar o preço da passagem do ônibus, para tentar integrar o metropolitano com o de Porto Alegre, integrar o lotação... (Problemas na conexão.) ...Não tem como, ele não vai funcionar, é inexecutável, não tem como fazer. Por isso, temos que infelizmente votar “não” para manutenção do veto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 088/20, com Veto Total.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Obrigado, Presidente Márcio e diretor Luiz Afonso, só uma observação muito breve eu queria fazer. Eu acho que o projeto do ex-vereador Paulinho Motorista, e a Karen lembrou bem o sentido da discussão que foi feita, vários apontaram a necessidade de se ter uma forma mais racional de utilização do cartão, como isso se pode utilizar em mais de um modal, e o Ver. Freitas mostrou o exemplo de São Paulo também. Eu queria dizer para o vereador líder do governo que, se há obstáculos para que se efetue esse tipo de proposta em termos práticos, esse foi o raciocínio do Ver. Cecchim, é porque há uma privatização, inclusive o controle do capital. Então fica tudo na mão de iniciativa privada, da ATP. Se o governo tem o gerenciamento desse tipo de atividade, o governo mesmo pode fazer o gerenciamento centralizado. Então a proposta do Paulinho Motorista é executável, sim, se o governo se adaptar a um tipo de gestão sobre a utilização dos cartões e seja uma

gestão centralizada pelo Município e não entregue para a ATP. Por isso a proposta é uma proposta que, bem, tem dificuldade de aplicabilidade, em função de como está montada a gestão, mas ela é uma boa proposta e deve ser aprovada, e a gestão deve se adaptar a uma boa política para que nós possamos ter a utilização dos cartões nos três modais, como defende o Ver. Freitas e como é o mais racional. Muito obrigado, por isso nós vamos encaminhar pela derrubada do veto e pela manutenção da proposta do ex-vereador Paulinho Motorista.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação nominal o PLL nº 088/20, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o projeto por 15 votos **SIM** e 19 votos **NÃO**. Mantido o Veto Total.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Declaro rejeitado o PLL nº 088/20 e mantido o Veto Total.

**Vereador Claudio Janta (SD):** Bom, eu continuo com a mesma dificuldade no projeto, então, por isso eu voto “não”. Como será feito isso de permitir que o lotação aceite o cartão TRI? Eu votei “não”.

**Vereador Jessé Sangalli (Cidadania):** Respeitando a opinião dos colegas, votei “sim”, por convicção pessoal.

**Vereador José Freitas (REP):** Respeitando a opinião dos colegas, só para dizer para o Ver. Cecchim que no Rio de Janeiro, existe o Riocard, que dá para ônibus, TRT, barco, trem e lotação; e em São Paulo o bilhete único para ônibus, micro-ônibus, etc. Eu votei “sim”.

**Vereadora Karen Santos (PSOL):** Eu votei “sim” por uma gestão centralizada e transparente da bilhetagem eletrônica do nosso transporte coletivo por ônibus em Porto Alegre.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em discussão o PLL nº 184/17, de autoria do Ver. Moisés Barboza. (Pausa.) Sr. Presidente, temos duas emendas a serem apregoadas.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Moisés Barboza, ao PLL nº 184/17.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, ao PLL nº 184/17.

**Vereador Moisés Barboza (PSDB) (Requerimento):** Sr. Presidente, a pedido de vários colegas vereadores, e vou nominá-los – Ver. Felipe Camozzato, do Ver. Roberto Robaina, da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo –, enfim, foram vários vereadores que nos procuraram por essa proposição, que eu quero deixar claro, ela foi apresentada no início da minha legislatura passada, ou seja, de 2017 para 2018, foi debatida, é uma iniciativa para ajudar o plano municipal, que é de iniciativa do Poder Executivo. Porto Alegre não tem ainda a harmonização da legislação federal e estadual na questão da política municipal de gerenciamento integrado de resíduos sólidos, e nada impede a questão da logística reversa; é, na verdade, para organizar. Eu faço aqui o meu pedido pelo seguinte: eu já tinha dito para esses vereadores que iria pedir o adiamento por duas sessões deste projeto para acolher várias sugestões; todos eles foram sensíveis e compreenderam que esse projeto está há quatro anos na Câmara, e, novamente, como recentemente aconteceu com outro colega, quando o projeto está na priorização, surgem pedidos de audiência pública. Então eu gostaria da compreensão dos colegas, porque, em nenhum momento, eu me neguei ou vou me negar a acolher; fiz reuniões com as associações, com pessoas ligadas ao DMLU na época, com a Secretaria do Meio Ambiente, fiz reunião recentemente com a associação de catadores para ouvi-los e para que eles pudessem sugerir emendas e propostas, assim como os colegas também. Mas eu acho um desrespeito essa metodologia que está sendo empregada, isso não é correto. Então eu gostaria de dizer aos colegas que eu estou solicitando o adiamento do projeto por duas sessões, e pedir, publicamente, à Mesa Diretora que me seja dado o direito, como foi, recentemente, em outro caso, de debater, de conversar, de acolher emendas de todos os colegas, mas, sinceramente, eu não vejo outro meio de dizer que eu não concordo. Peço que a Mesa Diretora julgue a procedência ou não desses pedidos de audiência para um projeto que está há três, quatro anos, com pareceres, com tudo, quando vai para a priorização. Então esse é o meu registro. Obrigado, Presidente, obrigado, diretor e obrigado a todos os colegas que vêm contribuindo; eu já tinha me comprometido a adiar, por duas sessões, para acolher as sugestões. Deixo para avaliação da Mesa Diretora e dos colegas.

Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 184/17 por duas sessões.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento):** Sr. Presidente, quero registrar que estou com dificuldade de dialogar com vocês aí, a gente pede para se manifestar, mas nem sempre a gente consegue no momento oportuno, mas faço agora. Primeiro quero elogiar o Ver. Moisés Barboza pela decisão, porque há uma forte restrição, como o próprio falou, de algumas entidades, mas o próprio governo, através do DMLU, diz que está fazendo uma nova discussão a respeito desse programa, inclusive com modificações muito pontuais, mas bem diferentes do que as que o Ver. Moisés Barboza está apresentando. Seria importante o Executivo ter essa informação das secretarias correspondentes para discussão e debate nesse tema.

Em segundo lugar, como há uma pequena retificação na nossa frente parlamentar, nós encaminhamos pelo SEI, mas acho que não chegou para o nobre

diretor. Sr. Presidente, solicito o adiamento da votação do Requerimento nº 128/21, por uma sessão, para segunda-feira votar essa frente, e daí a modificação chega em tempo. Muito obrigado.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Vereador, já chegou. Daí o senhor retira o pedido de adiamento? É que, na verdade, o requerimento, regimentalmente, não seria possível adiar; poderia ser retirado da priorização de hoje, podendo ser reincluído na priorização da próxima sessão.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Vamos enfrentar uma pauta por vez.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Sim. Primeiro tem o requerimento do Ver. Moisés Barboza que pede o adiamento da discussão do seu projeto por duas sessões.

**Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento):** Eu ia me pronunciar sobre o projeto do Ver. Moisés Barboza, que é um excelente projeto, como eu já disse na discussão. O Ver. Moisés Barboza pegou alguns subsídios em Barcelona, em Portugal, ele é um estudioso, e eu gostei muito da proposta dele, mas agora ele mostrou a sua grandeza adiando por mais duas sessões a votação. Acho que só quem tem caráter e quer compartilhar as coisas boas da cidade pode fazer isso. Como são 18h35min, Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Eu dou acordo, até porque eu quero transferir para dar tempo de vir essa correção, mas o Ver. Idenir Cecchim tem razão devido ao tempo que nos resta para terminarmos essa sessão. Então concordo. Deixamos para a próxima sessão.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Diretor, o Ver. Moisés Barboza pediu o adiamento. Votamos o adiamento ou verificamos o quórum primeiro?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Sr. Presidente, pedido de verificação de quórum precede, se bem que o requerimento já estava em votação.

**Vereador Idenir Cecchim (MDB):** Eu retiro a verificação de quórum para votarmos o adiamento que o Ver. Moisés Barboza solicitou.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Não há necessidade, Ver. Idenir Cecchim, de pedir novamente a verificação de quórum, porque essa foi a última matéria da agenda.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Constatada a inexistência de quórum, declaro encerrados os trabalhos da presente sessão. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h30min.)

\* \* \* \* \*